

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.011/2026
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 9.235/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, através de sua **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, doravante denominada SEINFRA/PMJP, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma administrativa direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, CEP 58.030-020, Telefone (083) 3213-6605, no Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, através da Comissão Setorial de Licitação, nomeada por ato do Sr. Secretário de Infraestrutura, através da Portaria datada de 31 de janeiro de 2024 publicada no DOM nº 0459 na **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, do Decreto n. 10.242, de 03 de fevereiro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da Sessão Pública

Data: 18/06/2026

Horário: 10h

Critério de Julgamento

Menor Preço

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação no compras.gov: 91111/2026 - UASG: 982051

Endereço eletrônico do certame: (www.gov.br/compras)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para a Conclusão da Construção do Mercado Público do Rangel, em João Pessoa/PB. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.

1.2. A presente licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, por meio do sistema **Compras.gov.br**, do tipo **menor preço**, com **participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do **art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**, observado o disposto na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 10.024/2019**, no que couber.

1.3. A licitação será realizada em LOTE único, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. Em caso de dúvida e/ou caso venha a ter alguma divergência em função de transferência de dados do nosso sistema para o sistema do Compras, **PREVALECERÁ A QUANTIDADE E DESCRIÇÃO CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL**.

1.5. As despesas decorrente da contratação estão previstas na dotação orçamentária que segue:

Classificação Funcional: 11000.11101.15.451.5099.111063
11000.11101.04.122.5099.111086

Natureza da despesa: 44.90.51

Fonte de Recursos: 1.5.00
1.7.00

2. CLÁUSULA SEGUNDA DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1 Somente poderão participar do presente certame as licitantes devidamente cadastradas no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, que se enquadrem como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme definição do **art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, credenciados no site (www.gov.br/compras) legalmente estabelecidos no País e que atendam às exigências deste Edital.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.2.1 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 2º do Decreto Municipal nº 10.372/2023;

2.2.3 Que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.3.1 Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas por certidão emitida pela instância judicial competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

2.2.4 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, haja vista não tratar-se de uma aquisição ou serviço de grande vulto e não ser de alta complexidade;

2.2.5 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3 Pela simples participação no Processo Licitatório, a empresa aceitará todas as condições estabelecidas no Edital, inclusive aquelas exigências decorrentes da legislação específica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 Os licitantes preencherão, exclusivamente por meio do sistema a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário marcados para abertura das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa dessa informação.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão enviar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.6.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; 3.6.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.6.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.6.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#). A falsidade da declaração de que trata os itens 3.6 ou 3.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. CLÁUSULA QUARTA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. O Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

4.1.1.1. Serão imediatamente desclassificadas, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório. .

4.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a

cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.6. O licitante arrematante em primeiro lugar ao encaminhar a proposta ajustada solicitada pelo Pregoeiro deverá anexar juntamente da proposta

4.6.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.8 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no edital, sendo o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez)** minutos e após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final.

5.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e

registrado em primeiro lugar.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

5.18. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#). Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem: X disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- empresas brasileiras; empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.28. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.29. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. CLÁUSULA SEXTA DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4 CRF - <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes/empresas-sancionadas>.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.15 deste edital.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 Contiver vícios insanáveis;

6.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3 Apresente preços manifestadamente inexequível ou permaneça acima do preço máximo

6.7. definido para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no **caput** do art. 59 do Decreto Municipal nº 10.372 de 06 de setembro de 2023;

6.7.1 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.2 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8.4. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.6. O pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

6.9.7. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

6.9.8. Necessário para complementação de informação acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

6.9.9. Destinado a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

6.9.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.11. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração,

6.9.12 bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.9.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9.16 Que os licitantes usem na formação das propostas a planilha base do orçamento elaborado pela Seinfra-PMJP, uma vez que facilita a análise da proposta pela Comissão, o que em outra opção, não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

6.9.17 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9.18 Antes de ter sua Proposta desclassificada por inexecutabilidade, ao Licitante será franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

a) Para tanto, será concedido a esse Licitante, 1 (um) dia útil a partir da solicitação expedida pelo pregoeiro, prorrogável por igual período a pedido do Licitante, para que possa fazer uso da

oportunidade de defesa de sua Proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

b) O Licitante deverá demonstrar que o valor da Proposta é compatível com a execução do objeto licitado, em

seu todo e suas fases, porém de modo especial no que se refere a itens de valor materialmente relevante e essenciais para a boa execução do objeto licitado que são aqueles obtidos pela curva ABC, mas sem se limitar a esses quando cabível/necessário, relativo aos custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos, sem prejuízo de outros argumentos e provas que possam vir a esclarecer/comprovar a exequibilidade da proposta.

B1) Para tanto, deverão ser apresentadas as composições de custos unitários e correspondentes custos, acompanhadas da origem desses valores e, quando os custos apresentados não tiverem procedência de Bando de Preços Oficiais, anexar cotações de mercado certificadas pelos fornecedores (ou outros documentos comprobatórios dos preços unitários ofertados). Quanto aos coeficientes de produtividades e de consumo apresentados informar o referencial técnico de origem que seja reconhecido e de acesso público

.B2) A comprovação da exequibilidade deverá ser feita pelo Licitante mediante a apresentação de documentos idôneos que demonstrem os custos incorridos para a execução do objeto e, em regra, não serão aceitas provas unilaterais como declarações “eu consigo fazer” ou planilhas sem qualquer fundamentação da composição de custos e/ou valores/coeficientes/índices, elaboradas pelo próprio Licitante sem lastro documental. Em função do caso concreto poderão ser aceitos documentos diversos a esses elencados.

c) A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.

d) O pregoeiro quando da solicitação poderá apontar itens de necessidades pontuais a serem atendidos pelo Licitante.

e) A não comprovação da exequibilidade da Proposta resultará em sua desclassificação.

6.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de

empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. CLÁUSULA SÉTIMA DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Serão desclassificadas as Propostas de Preços: elaboradas em desacordo com o Edital e/ou as que proponham porcentagens de descontos sobre os preços mais baixos apresentados – ou seja, qualquer tentativa de manipular a concorrência por meio de descontos baseados nos preços de outros concorrentes (tentar sempre ficar abaixo do menor preço já proposto, independente do custo real ou valor justo do serviço) é inaceitável e

resultará em desclassificação da proposta; cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) superior(es) ao estabelecido pela Seinfra/PMJP; cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) manifestamente inexecutável(eis), aferido(s) com base no critério estabelecido no Art. 59, §§ 3º e 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não restar demonstrada a exequibilidade; propostas de preços que indicarem mês de referência anterior àquele estipulado no orçamento da SEINFRA; deixar de cotar qualquer dos itens da obra; alterar quantidade constante da planilha; e cotar preço unitário divergente para o mesmo tipo de serviços.

7.2 Uma vez submetidas, as propostas de preços não poderão ser modificadas ou substituídas, para garantir a igualdade de condições entre todos os licitantes e a integridade do processo de licitação. Esta regra assegura que todos os participantes se comprometam de forma definitiva com as condições apresentadas em suas propostas.

7.2.1 Diante da possibilidade de ocorrência de erros formais ou materiais não intencionais, o Agente de Contratação poderá, a seu critério e sob condições estritas, permitir a correção de tais erros. Essas correções são limitadas a aspectos que não alterem a substância da proposta de preços ou a competitividade do processo licitatório. A possibilidade de correção destina-se exclusivamente a erros evidentes que não confirmem vantagem ao licitante em detrimento dos demais.

7.2.2 A correção de erros somente será permitida mediante solicitação formal do pregoeiro, que fornecerá um prazo para a sua regularização. O licitante deverá apresentar ao pregoeiro a documentação corrigida dentro deste prazo, respeitando todas as normas e requisitos estabelecidos no edital.

7.2.3 Todo o processo de correção será documentado e incluído nos registros da licitação para garantir a transparência e a accountability. As correções permitidas e as justificativas para as mesmas serão publicamente disponibilizadas junto aos demais documentos da licitação.

7.2.4 Os preços unitários máximos estabelecidos são os constantes na Planilha Orçamentária da Seinfra/PMJP, anexa ao processo, que considera o mês de referência e os bancos de dados nela estabelecidos.

7.3 A proposta de preços final ajustada, quando solicitada via sistema no compras.gov, deverá ser constituída dos seguintes elementos:

7.3.1 Carta Proposta, conforme modelo do Anexo II – Carta Proposta deste Edital, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda: preço global para a execução dos serviços objeto da licitação; mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e, prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação;

7.3.2 Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais.

7.3.3 Quadro de Encargos Sociais, conforme padrão da Prefeitura.

7.3.4 Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas –, conforme padrão da Prefeitura.

7.3.5 Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo anexo ao processo, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, levando-se em consideração o prazo máximo de execução da obra será de **08 (oito) meses**.

7.3.6 Composição de Preços Unitários de todos os itens da planilha orçamentária.

7.3.7 Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo 1 deste Edital.

7.4 A Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico e Financeiro, o Quadro de Encargos Sociais, o Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, com indicação do número da carteira do CREA, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966; bem como assinados pelo representante legal da empresa.

7.5 Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

7.6 É facultada à Comissão Setorial de Licitação a correção dos erros resultado da multiplicação dos preços unitários pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o valor total. Nos casos onde houver discrepância entre o valor da soma na planilha e o valor somado pela Comissão,

prevalecerá o valor corrigido pela COMISSÃO.

7.7 Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

7.8 Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pela Seinfra/PMJP.

7.9. Os documentos constantes alíneas "b", "c" e "cl" do item 10, subitem 10.2, deverão ser apresentados contendo o nome do concorrente identificação do Engenheiro Responsável Técnico com o número da carteira do CREA e assinatura do mesmo, conforme Lei Federal n.º 5.194 de 24.12.66. Como também a assinatura do representante legal da firma.

8. CLÁUSULA OITAVA DA HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou CRF.

8.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.3 Para que as licitantes sejam tidas como habilitadas se faz necessária a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1 Relativa à Habilitação Jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemblhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Documento oficial de identificação dos sócios administrador e do representante legal, se houver.

- No caso de representante, apresentação de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, ou documento equivalente com poderes para praticar os atos pertinentes a qualquer fase deste certame, acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir o mandatário.

8.3.2 Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa: Quitação de Tributos e Contribuições Sociais administrados pela Receita Federal do Brasil;
- - RFB e quanto à Dívida Ativa da União;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, ou documento equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (quando o objeto do certame referir-se à compra de bens) ou municipal (quando o objeto do certame referir-se à prestação de serviços), relativa ao domicílio ou sede do licitante, concernente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato;
- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- O licitante classificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.3.3 Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ante a omissão do prazo de validade, contados da data prevista para o fim da disputa eletrônica.
- Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado – DRE do último exercício, com apresentação de Termo de Abertura e Termo de Encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem
- a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- Os Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante e assinados por Contador ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e pelo titular ou representante legal da empresa.
- No caso de empresas constituídas no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação, pelo licitante, de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com o resultado maior que 1, decorrente da aplicação das fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante Passivo Circulante

a) Quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, poderá haver comprovação do patrimônio líquido, não inferior a 10% da soma dos valores do **lote** arrematados.

8.3.4. Relativa à Qualificação Técnica:

8.3.4.1. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro no CREA e/ou CAU da sede da licitante e dos seus responsáveis técnicos, contendo os dados cadastrais atualizados e demonstrando execução de serviços de características semelhantes, indispensável ao cumprimento do objeto da contratação descrito a seguir:

a) Certidão de Registro no CREA ou CAU, observado o disposto no Artigo 67 da Lei 14.133/2021 da empresa e dos seus responsáveis técnicos. Sendo a sede da empresa de outras unidades da Federação, impõe-se a obtenção do visto do órgão regional quando da eventual assinatura do contrato, como condição para o exercício das funções em território estadual.

b) No ato da efetivação do contrato, a empresa vencedora do certame, cuja sede social esteja localizada fora do Estado da Paraíba, deverá apresentar ao contratante a Certidão de Registro junto ao CREA/CAU, bem como formalizar o visto no CREA/PB ou no CAU/PB, em conformidade com as disposições da Resolução nº 1.121/19 do CONFEA.

c) O mesmo procedimento deverá ser adotado caso o responsável técnico indicado pela empresa vencedora do certame não possua registro no CREA/PB ou no CAU/PB, devendo ser apresentado o devido visto para validade do contrato.

1. a) 1. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional;

Comprovação que possui em seu quadro, profissional, detentor de atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo CREA ou CAU, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às

parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PORTÃO EM AÇO E/OU
- FERRO;
- EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CABEAMENTO EM COBRE E/OU
- ALUMNIO;
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE
- E/OU PISO;
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE BANCADA EM GRANITO;

8.3.4.2. 1. a) 2. **Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional;**

Apresentação de atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PORTÃO EM AÇO E/O FERRO – 500 M².
- EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CABEAMENTO EM COBRE E/OU ALUMNIO – 19.700M
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE
- E/OU PISO – 1.665,00 M²
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE BANCADA EM GRANITO - 95M²

d.1) Esses documentos devem indicar a licitante como executora e estar vinculados às Certidões de Acervo Técnico – CAT registradas no CREA do profissional responsável pelo serviço, ou às Certidões de Acervo Operacional – CAO, conforme estabelecido pela Resolução n.º 1.137, de 31 de março de 2023, do CONFEA. Deverão ser apresentados tanto os documentos comprobatórios (Certidões, Atestados ou Declarações), quanto às respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, ou Certidões de Acervo Operacional – CAO.

d.2) A depender da natureza do objeto, especificamente em obras e serviços de engenharia, poderão ser aceitas, para fins de comprovação, certidões emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando aplicável e pertinente.

e) Para fins deste Edital, considera-se como parte do Quadro de Pessoal Técnico da empresa: sócios, diretores, empregados, responsáveis técnicos e profissionais contratados especificamente para o projeto.

f) Prova do vínculo descrito na alínea b):

f.1) Vínculo Societário: Apresentação do ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da licitante.

f.2) Diretor: Apresentação de cópia do Contrato Social para empresas individuais ou limitadas, ou cópia da ata de eleição publicada em jornal de grande circulação para sociedades anônimas.

f.3) Vínculo Empregatício: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), mostrando o registro do emprego e as alterações salariais mais recentes; ou contrato de trabalho atualizado.

f.4) Responsável Técnico: Cópia da certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou documentos equivalentes

que comprovem a ligação do profissional como responsável técnico da empresa.

f.5) Profissional Autônomo: Contrato de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

f.6) Admite-se, também, a apresentação de DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA de profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico, com sua devida anuência.

8.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou no CRF serão enviados por meio do sistema, na forma do item 5.2 deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. A licitante que não possuir cadastro no CRF Municipal poderá providenciar o mesmo no pelo endereço eletrônico: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/fornecedor/> ou diretamente no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no Núcleo de Cadastro de Fornecedor, na Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB (Fone: 83 3213-5006. Atendimento das 08h às 14h).

8.5. Os licitantes que alegarem estar desobrigados da apresentação de qualquer dos documentos exigidos na fase de habilitação deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

8.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ, bem assim com o endereço respectivo;

8.6.1. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- d) Lista de empresas sancionadas – CRF, portal da transparência do município de João Pessoa.

8.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.9. Constata a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.

9. CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como micro-empresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de 10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo específico do sistema.

9.2 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, permitindo o Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

9.5 Uma vez admitido o recurso, a empresa recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em 03 (três) dias úteis, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado via e-mail: cslseinfra23@gmail.com.

9.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9 O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, não terá efeito suspensivo.

9.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 Finalizada a fase recursal, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

10.2 Exaurida a negociação prevista no artigo 61 da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo licitatório será encerrado e os autos encaminhado à autoridade máxima que poderá:

10.2.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis

10.2.2 anular o procedimento no todo ou em parte, por vício insanável;

10.2.3 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; ou

10.2.4 adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.4 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.5 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.6 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 11.7 deixar de apresentar amostra;
- 11.8 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.9 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.10 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.11 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.12 fraudar a licitação
- 11.13 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.13.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.13.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.13.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.14 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.14.1 advertência;
- 11.14.2 multa;
- 11.14.3 impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.15 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.15.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.15.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.15.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.15.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.15.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.16. multa será recolhida em percentual de Multa:

- a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do contrato, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- b) Até 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

11.17 Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.17.1. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.18 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar ou retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar, fraudar ou cometer fraude fiscal, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas, garantindo -se o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, e será descredenciado no Cadastro de Registro de Fornecedores – CRF da Prefeitura Municipal de João Pessoa, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.19 As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e no CRF Municipal.

11.20 O valor da multa aplicada, nos termos do item 10.4, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do INCC, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

11.21 A pena de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na legislação.

11.22 A sanção estabelecida no item 10.4 é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.23 A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

11.24 A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública pelos seguintes prazos:

11.24.1 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor/contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

11.24.2 12 (doze) meses, nos casos de:

- a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.
- b) 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:
entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal,
sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

11.24.3 Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

1. não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 10.6; ou
2. demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.
3. As sanções previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção disposta no item 10.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.24.4 A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas nos subitens 10.1.3 e 10.1.4 determinará a publicação do extrato de sua decisão no Diário Oficial, o qual deverá conter:

1. nome ou razão social do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
2. nome e CPF de todos os sócios;
3. sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
4. órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção;
5. número do processo; e
6. data da publicação.

11.25 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Registro de Fornecedores – CRF da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei nº 14.1333/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

12.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, das 08h às 17h, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

12.2 A impugnação deve ser realizada por e-mail: cslseinfra23@gmail.com

12.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, cabendo nova impugnação apenas do que foi alterado no edital, ficando o restante da matéria, não impugnada no primeiro momento, preclusa.

12.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por e-mail: cslseinfra23@gmail.com, das 08h às 17h.

12.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.8 Os esclarecimentos serão prestados pelo pregoeiro para o e-mail da empresa e através do site www.gov.br/compras, portal da transparência da PMJP ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DIRETRIZES DO SERVIÇO

- 13.1 Todas as etapas de projeto e serviço devem estar de acordo com a Especificação Técnica, devendo ser desenvolvidos de forma harmônica e observando a não interferência entre os elementos.
- 13.2 Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- 13.3 Adotar solução construtiva racional, elegendo sempre que possível sistema de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
- 13.4 Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção de seus diversos componentes;
- 13.5 Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento.
- 13.6 Utilização do diário de obras para o registro diário da obra, deve ser submetido a fiscalização para análise e aprovação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO

- 14.1 A Supervisão Técnica dos Trabalhos será realizada pelo chefe da SEINFRA / PMJP, ou por servidor por ele designado, desempenhando a função de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, orientando, analisando e discutindo os documentos produzidos e em sua aprovação inclusive para fins de pagamento parcial e final.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PAGAMENTO

- 15.1 As medições serão realizadas com período fixo de 30 dias, com exceção da primeira e última medições. E seguidas as seguintes condições:
- 15.1.1 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressa e previamente aprovadas pela CONTRATANTE.
- 15.1.2 A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.
- 15.1.3 A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.
- 15.1.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- Não produzir os resultados acordados;
 - Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO REAJUSTE

- 16.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento base da administração.
- 16.2. Dentro do prazo de vigência do contrato da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, da data do orçamento base da administração aplicando-se o

(INCC) (O Índice Nacional de Custo da exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA GARANTIA E SEGURO

17.1. Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR11682/2009, entre outras normativas.

17.2. Garantia: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais. Sede da Empresa: não será obrigatória a presença de sede/filial.

17.3. A validade da garantia. Qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger, um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

17.4. Em caso de alteração para aumento do valor do contrato, ou de prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá complementar ou renovar a garantia nas mesmas condições.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos caso de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX Lei nº 14.133/2021

19.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

19.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

*a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei*

para a continuidade da execução contratual.

19.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro,

hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da

Lei n.º 14.133, de 2021).

19.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

▪ Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

19.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço www.gov.br/compras.

20.10. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021;

20.11. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;

20.12. Fica aplicada, no que for pertinente, a Lei Federal nº 13.726/2018, desde que a aplicação de tal norma não seja confrontante com disposição expressa de solenidade formal específica exigida na Lei nº 8.666/1993;

20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência/Especificações Técnicas/Memória de Cálculos

Anexo II - Minuta do Contrato

Anexo III - Planilha de quantitativos e qualitativos e Cronograma Físico/Financeiro (Disponível no Portal da Transparência da PMJP); Anexo IV – Formulário – Proposta

Anexo V - Declaração Contendo o nome e nº do CREA do Engenheiro;

Anexo VI – Modelo de declaração de vínculo de parentesco;

Anexo VII - Declaração de quantitativos de serviços

Anexo VIII – Declaração de cumprimento da cota de aprendizes, sendo que, para o caso de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

Khristiane Boudoux Silva
Assessora Especial



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO
MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

Assinado por 2 pessoas: KIMARBAIWINZAFERLIMEDBXS/AIMA PIREZ e ISABEL CRISTINA DOS SANTOS FREITAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2660E-4ED0E-497B8C-1A284ceafinfotomasocoo6d4tjpc825045409494H0804B3705>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo estabelecer os parâmetros e avaliar a viabilidade da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB, **localizado na Av. Dois de fevereiro nº 1157, bairro Varjão. A área total com área total prevista de 2.447,25m²** e a iniciativa busca fundamentar tecnicamente a necessidade da obra, assegurando que a contratação seja realizada de forma eficiente, transparente e em conformidade com as normas aplicáveis, garantindo infraestrutura adequada para práticas esportivas, atividades culturais e sociais, promovendo inclusão e qualidade de vida para a comunidade local.

Este estudo apresenta uma avaliação inicial das necessidades de infraestrutura e recursos, bem como uma análise técnica dos requisitos para a conclusão da construção, contemplando desde o levantamento do terreno até os sistemas estruturais. A estrutura será para conclusão será planejada para garantir o uso eficiente de recursos e a sustentabilidade a longo prazo, respeitando as normas técnicas e de acessibilidade vigentes.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Localizado na cidade de João Pessoa, mais precisamente no Bairro Varjão, na Av. dois de fevereiro, CEP 58070-000, o mercado público, ocupa uma área de aproximadamente 2.447,25 m², o que confere ao bairro grande importância política e social.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A conclusão do Mercado Público do Rangel configura-se como medida de relevante interesse público, tendo em vista que a estrutura atualmente se encontra inacabada, impossibilitando o pleno atendimento às demandas econômicas e sociais da população local. A paralisação da obra compromete não apenas o aproveitamento dos recursos já investidos, mas também a função social do equipamento, que foi concebido para fomentar o comércio, gerar emprego e renda, além de promover a segurança

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

alimentar na região.

A finalização do empreendimento permitirá a organização adequada dos comerciantes, muitos dos quais atualmente exercem suas atividades de forma informal ou em condições precárias, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias, ordenamento urbano e valorização do espaço público. Ademais, o mercado público desempenha papel estratégico no fortalecimento da economia local, incentivando a produção e comercialização de produtos regionais e ampliando o acesso da população a bens essenciais.

Ressalta-se ainda que a entrega da obra proporcionará benefícios diretos à população do entorno, promovendo inclusão social, dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida, além de evitar a deterioração da estrutura existente. Dessa forma, evidencia-se a necessidade premente de adoção das medidas cabíveis para a conclusão do Mercado Público do Rangel, garantindo a efetividade do investimento público e o atendimento ao interesse coletivo.

Fundamentação: *(Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I, do § 1º do art. 8º do Decreto nº 10.541/2024 PMJP)*

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.540/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.

Fundamentação: *(inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A conclusão da obra do mercado publico do Rangel, demanda a definição de requisitos técnicos que assegurem a adequada execução da obra, em observância à legislação vigente, aos princípios de qualidade e segurança, e ao atendimento pleno das necessidades da comunidade local.

Requisitos técnicos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

- A contratada deverá possuir registro ativo no CREA/CAU e apresentar acervo técnico compatível com a execução de obras públicas institucionais.
- A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, por engenheiro civil responsável pela execução e profissionais de apoio com experiência comprovada.
- Toda execução deverá obedecer ao projeto executivo fornecido pela Administração ou elaborado sob sua aprovação, conforme exigência contratual.
- Deverá ser apresentado plano de execução da obra, cronograma físico-financeiro detalhado e memorial de métodos executivos.

Requisitos Gerais:

- A edificação deverá atender às normas de acessibilidade (NBR 9050), segurança contra incêndios (NBR 9077), instalações elétricas (NBR 5410) e conforto térmico (NBR 15220);
- Uso de materiais de alta durabilidade e resistência e condições climáticas da região, execução de toda a estrutura de fundação, alvenaria, cobertura, instalações elétricas, hidrossanitárias, pintura, revestimentos, esquadrias, entre outros, conforme projeto executivo;
- Utilização de materiais certificados, com durabilidade e adequação ao uso institucional de atendimento ao público;
- Planejamento de execução que minimize transtornos à vizinhança e à mobilidade local, com atenção à segurança do entorno e à limpeza do canteiro;
- Implantação de sinalização e itens de comunicação visuais obrigatórios para o funcionamento do equipamento público;

Requisitos Legais:

- A contratação observará integralmente a Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à contratação pública de obras;
- Obtenção de todas as licenças e autorizações prévias, inclusive alvará de

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

construção, licenciamento ambiental simplificado, e aprovação junto aos órgãos municipais competentes;

- Atendimento às normas técnicas da ABNT aplicáveis às edificações institucionais e de uso coletivo;
- Preservação e/ou adequação de redes existentes de infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem, energia elétrica e gás).

Requisitos de Sustentabilidade:

- Utilização de materiais ecologicamente corretos e promover práticas de reciclagem e reuso, quando possível;
- Previsão de sistema de drenagem superficial para controle de águas pluviais dentro do terreno;
- Eficiência na utilização de recursos durante a construção para reduzir o consumo de água e energia;
- Gestão adequada dos resíduos da construção civil, conforme a Resolução CONAMA 307/2002;
- Planejamento que inclua a gestão de resíduos da construção civil;
- Adoção de estratégias passivas para ventilação e iluminação natural;

Requisitos da Contratação:

- A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de **08 (oito) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.540/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.
- Os serviços objetos dessa contratação são caracterizados como comuns, pois trata-se de obra de baixa complexidade, conforme documentos anexados.
- Como regime de execução da futura contratação, esta diretoria entende que mais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

pertinente é o Regime de Empreitada por Preço Unitário, tendo em vista se tratar de uma obra de pavimentação, com levantamento que se baseará em projeto básico, não possibilitando uma quantificação exata dos serviços a executar, podendo haver imprecisão na quantificação de alguns serviços (ex: volume de escavação, aterro e reaterro, etc.). Além do mais trata-se de obra aberta que depende também das condições climáticas.

Tal escolha corrobora com o determinado pelo Tribunal de Contas da União em vários Acordãos, como demonstrado abaixo:

ACÓRDÃO Nº 1978/2013 – TCU – Plenário

9.3.2. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a **empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação**, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:
 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
 - Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

14.133/2023).

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica profissional mediante a apresentação da documentação abaixo:
- Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.
- O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:
 - Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.
- A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:
 - Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
 - Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.
- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

- Obrigatoriedade de exigência de contratação:
 - **Consórcio:** Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.
 - **Garantia dos serviços:** 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, do Código de Defesa do Consumidor.
 - **Garantia:** será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
 - **Subcontratação:**
 - Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;
 - É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

○ **Sede da Empresa:** não será obrigatória a presença de sede/filial.

Os requisitos aqui apresentados são essenciais à contratação, devidamente balizados pela necessidade de oferta de um serviço público de qualidade e que atenda as exigências de desenvolvimento nacional sustentável.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

As quantidades a serem contratadas estarão especificadas na memória de cálculo e nos documentos de suporte correspondentes. Essas quantidades serão definidas com base nos projetos elaborados para propor soluções viáveis ao problema, considerando que o nível de detalhamento de projetos é básico, vale salientar que trata-se de conclusão de obra sendo imprescindível o levantamento dos serviços faltantes.

A partir desses dados, será gerada uma memória de cálculo acompanhada de um memorial descritivo, justificando as quantidades necessárias para a execução de cada serviço.

Fundamentação: (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Tendo em vista a natureza do objeto, entende-se que a presente contratação é plenamente viável, uma vez que existem, no mercado nacional, diversas empresas de engenharia aptas a executar obras e serviços mediante regime de preço unitário. Ressalte-se que esse tipo de obra é executado com frequência pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o que reforça a viabilidade técnica e econômica da contratação. Tal cenário garante ampla concorrência, assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e reforça os princípios da legalidade, publicidade e transparência que regem as contratações públicas, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de processo licitatório, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de João Pessoa, não detém os meios

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

necessários à concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Nesse caso, pode ser estabelecido um padrão ou uma unidade de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

Fundamentação: *(inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso V, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Será realizada a conclusão do mercado de acordo com os serviços faltantes. O projeto prevê os serviços de acordo com o levantamento elaborado por equipe técnica desta secretaria.

Conclui-se que, baseando-se na Lei 14.133/2021 e seu embasamento em eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, a conclusão da obra com materiais comuns do mercado para edificações desse porte, apresenta-se como opção tecnicamente viável e economicamente vantajosa, atendendo as necessidades do município de João Pessoa e respeitando os critérios e diretrizes impostas pela legislação pertinente tanto para a seleção adequada do material quanto para uma contratação vantajosa e alinhada com as expectativas de resultados qualitativos e duráveis para a infraestrutura local.

Fundamentação: *(inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso VII, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

8 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A planilha orçamentária da contratação será elaborada através dos quantitativos levantados no projeto básico e preços unitários com base nos preços da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), é uma referência essencial para orçamentos de obras públicas no Brasil, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil, conforme orientado pelos órgãos de controle.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

final de entrega da obra.

Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto das etapas do objeto a ser contratado.

Fundamentação: (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020 e inciso VIII, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade assegurar a conclusão do Mercado Público do Rangel, com o objetivo de disponibilizar à população local e das áreas adjacentes um equipamento público adequado, estruturado e funcional, destinado à promoção da convivência comunitária e ao fortalecimento da economia local. A intervenção justifica-se diante do atual estado da edificação, o que compromete sua utilização e a plena fruição dos benefícios sociais e econômicos previstos.

O projeto visa transformar uma estrutura atualmente subutilizada e em condições precárias em um espaço organizado, seguro, acessível e dotado de infraestrutura compatível com as necessidades dos comerciantes e usuários. A conclusão do mercado permitirá a adequada instalação dos permissionários, contribuindo para a formalização das atividades comerciais, melhoria das condições sanitárias e ordenamento urbano.

Adicionalmente, o equipamento desempenhará papel estratégico na dinamização da economia do bairro do Rangel, incentivando a comercialização de produtos locais, geração de emprego e renda, bem como promovendo a integração social e a valorização do espaço público. Dessa forma, a contratação proposta mostra-se essencial para garantir a efetividade do investimento já realizado e o atendimento ao interesse coletivo.

A concretização deste investimento é estratégica para o fortalecimento da proteção social no município, assegurando a efetividade das políticas públicas e a dignidade dos cidadãos atendidos.

Fundamentação: (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IX, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As providencias iniciaram desde a demanda levantada pelo gestor, onde solicitou mobilização de equipe local para realizar a estudos. Após a demanda levantada por esta SEINFRA, foram feito as análises e as providencias necessárias para elaboração de projeto básico, proporcionando a realização das seguintes atividades:

- Realizar levantamento, incluindo laudos técnicos (quando necessários), sobre as condições e necessidades da construção;
- Elaborar projeto básico ou executivo de arquitetura e engenharia para execução do objeto, considerando as normas técnicas vigentes aplicados a cada caso;
- Quantificar e orçar todos os serviços necessários, com definição de cronograma de execução da obra, com marcos e prazos definidos, para monitoramento e controle efetivo do andamento do projeto, bem como providenciar o licenciamento ambiental;
- Realizar processo de licitação para contratação de empresa especializada na execução dos serviços, considerando a modalidade e os requisitos legais estabelecidos;
- Providenciar a elaboração do termo de referência ou contrato, contendo as especificações técnicas, prazos, obrigações das partes e critérios de medição e pagamento;
- Definir a equipe responsável pela fiscalização da obra, garantindo que os servidores ou funcionários designados possuam capacitação técnica necessária para acompanhar e gerir o contrato com a empresa contratada. Isto realizado pela equipe direta lotada na diretoria de obras desta secretaria.

Fundamentação: *(inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas hoje, pois se trata de caso específico que esta secretaria vem tratando caso a caso, principalmente quando se trata de risco a terceiros.



Em atenção ao disposto na Lei e normativas vigentes, esta diretoria, representando a secretaria de infraestrutura, posiciona-se pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE de realização de contratação na forma prevista, visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada por esta secretaria.

Fundamentação: *(Inciso XIII e XIV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XIII, do § 2º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP) e (XIV Decreto Municipal 10.541/2024).*

Esta diretoria não se opõe a publicação deste documento.

Fundamentação: (Art. 10 do Decreto 10.541 PMJP)

Maria Nazaré Medeiros Lima Pires
Diretoria de Projetos e Orçamentos/SEINFRA
Mat: 89.342-1

Isabel Cristina dos Santos Freitas
Chefe da Unidade Executora de Obras de Infraestrutura/SEINFRA
Mat: 97.507-9

João Pessoa, 26 de Janeiro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 25CE-000E-ED8C-B795

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA NAZARE MEDEIROS LIMA PIRES (CPF 633.XXX.XXX-87) em 25/03/2026 16:00:15 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ISABEL CRISTINA DOS SANTOS FREITAS (CPF 042.XXX.XXX-63) em 25/03/2026 16:01:42
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/25CE-000E-ED8C-B795>





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

c. deixar passagem livre e devidamente protegida para pedestres e, sempre que possível, livrar acessos às propriedades de terceiros;

d. colocar sinalização, constituída por bandeiras vermelhas, cavaletes e placas de advertência a uma distância de pelo menos cem metros das obras e, durante a noite, deverão ser instaladas e mantidas acesas lâmpadas vermelhas ao longo da sinalização e em locais estratégicos, tais como: ângulos e extremidades de cercas protetoras;

e. observar, com a devida antecedência, a necessidade de possíveis desvios de tráfego a fim de que sejam tomadas, em tempo hábil, providências junto aos órgãos competentes.

Serão impugnados, pela FISCALIZAÇÃO, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais, ficando a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os referidos trabalhos logo após o recebimento do comunicado de impugnação e/ou anotação no Livro de Ocorrência, ficando, por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

Segurança no trabalho

Será observada, rigorosamente, a legislação em vigor sobre segurança do trabalho, bem como as normas e instruções pertinentes estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

As propriedades públicas e privadas deverão ser protegidas contra eventuais danos em decorrência da execução da obra.

A sinalização será exigida com todo o rigor. Os padrões de sinalização serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Todo o pessoal engajado na execução da obra deverá utilizar os equipamentos de proteção individual adequados para cada tarefa específica.

Deverá ser mantido o livre acesso a hidrantes, extintores de incêndio e registros.

FISCALIZAÇÃO e CONTRATADA

A FISCALIZAÇÃO é o preposto direto da Prefeitura Municipal de João Pessoa junto às obras e dará as instruções para execução dos serviços, podendo rejeitar ou alterar processos de execução, aplicação de mão-de-obra, de material e equipamentos considerados inadequados à execução do projeto.

Toda liberação será tomada à vista do conteúdo destas Especificações. Os casos omissos serão resolvidos mediante consulta à FISCALIZAÇÃO. As dúvidas suscitadas na interpretação do Projeto e das Especificações serão encaminhadas, inicialmente, à FISCALIZAÇÃO que, caso julgue necessário, consultará sua instância superior e/ou a firma projetista.

Será mantido no escritório da construção um Livro de Ocorrências onde serão anotados, pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, todos os fatos que interfiram no desenvolvimento dos trabalhos.

Consideram-se, como parte integrante destas Especificações, as instruções registradas no Livro de Ocorrências concernentes a serviços, materiais, equipamentos e mão-de-obra.

A CONTRATADA facilitará ao pessoal da FISCALIZAÇÃO livre e seguro acesso e trânsito no canteiro de trabalho.

As obras, a serem executadas, obedecerão aos cálculos, desenhos, memórias justificativas do projeto e a estas Especificações.

No caso de eventuais divergências entre elementos do Projeto serão observados os seguintes critérios:

- as cotas assinaladas prevalecerão sobre as respectivas dimensões em escala;
- os desenhos de maior escala prevalecerão sobre os de menor escala;
- em outras divergências prevalecerá a interpretação da FISCALIZAÇÃO.

Os casos omissos serão decididos pela FISCALIZAÇÃO ou pela instância superior, se necessário for.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS PRELIMINARES

Taxa do CREA

O pagamento da taxa da ART de obra ou serviço baseado no anexo da decisão PL nº 1458/2022 do CONFEA (ART de obra ou serviço, exercício 2023), será de responsabilidade da CONTRATADA.

Placa de obra

Em local determinado pela FISCALIZAÇÃO será colocada placa indicativa das características da obra, de acordo com modelo fornecido pela PMJP.

Enquanto durar a execução das obras é obrigatório a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, bem como dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

A placa deverá conter, além dos nomes, as atividades específicas pelas quais os profissionais se responsabilizam, títulos, número das carteiras profissionais e região dos registros e ainda o nome da empresa executora da obra, instalação ou serviço, se houver, de acordo com o seu registro no CREA.

Adesivo em vinil

Em local determinado pela FISCALIZAÇÃO será colocado o adesivo em vinil para identificação de licenciamento, com as características da obra, de acordo com modelo fornecido pela SEMAM-JP.

Carga e transporte de material

A contratada torna-se responsável pela carga e o transporte do material/entulho até a sua entrega nos pontos determinados pela FISCALIZAÇÃO. Ficam sob sua responsabilidade os cuidados de carregamento e descarregamento, acomodação de forma adequada no veículo e no local de descarga, assim como todas as precauções necessárias durante o transporte. Qualquer que seja o local de transporte, não serão permitidas pessoas viajando sobre a carga.

Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Locação da obra

A locação será feita em sistema convencional, através de gabarito de tábuas corridas e pontalete.

O executor procederá a aferição das dimensões dos alinhamentos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local.

Andaime metálico

Os andaimes servem para auxiliar o desenvolvimento vertical das construções, bem como aqueles que operam em construções já elevadas para efeito de reparos, reformas, acabamentos, pinturas, torres de acesso,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO**

MOVIMENTO DE TERRA

Escavação manual / mecanizada

Trata-se da abertura de valas ou cavas, executada manualmente dentro de áreas urbanas e que demanda cuidados especiais.

As escavações, caso necessário, serão convenientemente isoladas, escoradas e esgotadas, adotando-se todas as providências e cautelas aconselháveis para a segurança dos operários, garantia das propriedades vizinhas e integridade dos logradouros e redes públicas.

Para a regularização do terreno a ser trabalhada, a escavação será manual de vala em terra compactada até 1,30 m de profundidade.

O eixo das valas corresponderá, rigorosamente, ao eixo da tubulação, sendo respeitados os alinhamentos e as cotas indicadas no projeto, com eventuais modificações, autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, em face de obstáculos não previstos no traçado das mesmas.

Aterro/Reaterro

O aterro/reaterro deverá ser executado com o máximo de cuidado, de modo a se evitar o afundamento posterior do pavimento por efeito de acomodações ou recalques. De um modo geral, o aterro e reaterro serão executados em camadas aplicadas de 0,20 m de espessura.

O aterro/reaterro das primeiras camadas deverá ser feito em ambos os lados da tubulação, precavendo-se para evitar o deslocamento da mesma no caso de material arenoso, a compactação poderá ser por irrigação, até a acomodação das partículas.

O reaterro compactado das valas será executado com aproveitamento do solo escavado. Caso ocorram abatimentos na pavimentação decorrente de um reaterro imperfeito, os trabalhos de reparo correrão por conta do construtor.

Carga e transporte de material

A contratada torna-se responsável pela carga e o transporte do material/entulho até a sua entrega nos pontos determinados pela FISCALIZAÇÃO. Ficam sob sua responsabilidade os cuidados de carregamento e descarregamento, acomodação de forma adequada no veículo e no local de descarga, assim como todas as precauções necessárias durante o transporte. Qualquer que seja o local de transporte, não serão permitidas pessoas viajando sobre a carga.

A carga pode ser feita manual ou mecanicamente.

A carga manual consiste no carregamento manual de material de qualquer categoria para o caminhão basculante ou em outros equipamentos transportadores sem a utilização de equipamentos de carga.

A carga mecanizada consiste no carregamento de material de qualquer categoria para caminhões basculantes ou em outros equipamentos de transportadores, com utilizações de pás carregadeiras ou escavadeiras.

O material pode ser oriundo de cortes ou empréstimos, de substituição de materiais de baixa qualidade retirado dos cortes, além de material originário de demolições em geral, qualquer que seja a sua natureza a serem removidos.

A carga será geralmente precedida pela escavação do material, ou demolição, e de sua deposição na praça de carregamento em condições de ser manipulado manualmente ou pelo equipamento de carga.

As praças de carregamento deverão apresentar boas condições de conservação, circulação e manobra.

No caso de valas ou cavas, com remoção total ou parcial de material, a carga poderá ser feita juntamente com a escavação, principalmente quando se tratar de serviço em área urbana.

O material deverá ser lançado na caçamba, de maneira a que fique uniformemente distribuído, no limite





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

geométrico da mesma para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte.

Tratando-se de transporte em área urbana, estradas ou em locais onde haja tráfego de veículos ou pedestres, a caçamba do equipamento deverá ser completamente coberta com lona apropriada, ainda no local de carga, evitando-se assim poeira e queda de material nas vias.

Em áreas urbanas, o material estocado na praça de carregamento, deverá ser mantido umedecido, evitando-se poeira.

Os equipamentos de transportes deverão ter as dimensões de suas caçambas levantadas e anotadas, previamente, visando-se facilitar a apropriação dos volumes, no caso de medição por volume solto carregado.

Na carga, o material deverá ser uniformemente distribuído na caçamba.

A utilização de carga manual ou mecanizada se fará de acordo com as condições dos locais de carga e com as características dos materiais, ficando sua definição a cargo da Fiscalização.

Para o carregamento manual, a equipe deverá estar devidamente protegida com EPIs (bota de couro, luvas e máscaras contra poeira) e provida das ferramentas adequadas.

Para o carregamento mecanizado deverão ser usadas pás carregadeiras, escavadeiras ou retroescavadeiras.

Havendo necessidade de remunerar em separado, a carga, e ou, o transporte do material proveniente da escavação, os seus volumes deverão ser majorados com os coeficientes a seguir:

1,10 para areias;

1,20 para solos silto-arenosos;

1,25 para solos argilosos.

Em situações excepcionais, ou quando não houver corte a medir (materiais previamente armazenados, adquiridos de terceiros ou entulhos), a medição será feita pelo volume solto (m³), efetivamente carregado. Este volume será determinado pela média da altura do material em relação ao fundo da caçamba, em pelo menos, 3 pontos. Os volumes serão aferidos pela Fiscalização para cada viagem, apropriando-se o total das mesmas.

FONTE ES00180 - ORSE

Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Esta especificação regulamente o transporte de materiais que possam ser medidos por volume ou peso, inclusive aqueles provenientes de demolições.

Os materiais transportados abrangidos por esta especificação podem ser:

- Materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias previstas para os serviços de terraplenagem ou oriundos destes;
- Materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias oriundos de escavações de valas ou cavas ou destinados a estas;
- Qualquer dos materiais utilizados na execução das diversas camadas do pavimento, inclusive paralelepípedos, bloquetes etc;
- Materiais oriundos da demolição de edificações ou outras estruturas de alvenarias ou concretos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

(entulhos);

e. Materiais diversos.

Considera-se o transporte em caminhões basculantes para aqueles materiais que possam ter seu volume facilmente determinado, tais como britas, areia, terra, asfalto etc.

Considera-se o transporte em caminhões com carroceria de madeira para aqueles que apresentem dificuldade em determinação do volume, mas com peso facilmente obtido, seja através de mensuração em balança ou de cálculo de unidade x densidade, tais como peças de concreto pré-moldado.

Esta especificação tem função de referência. Cargas especiais, que requeiram um tratamento específico, serão objeto de Especificação complementar própria.

O material procedente da escavação do terreno natural, geralmente é, constituído por solo, alteração de rocha, rocha ou associação destes tipos.

A classificação dos materiais quanto a 1ª, 2ª e 3ª categorias está perfeitamente definido na Norma Dnit 106/2009 – ES (Terraplenagem – Cortes).

A Contratada torna-se responsável pelo transporte dos materiais desde sua carga até a sua entrega nos pontos determinados pela Fiscalização. Ficam sob sua responsabilidade os cuidados de carregamento e descarregamento, acomodação de forma adequada no veículo e no local de descarga, assim como todas as precauções necessárias durante o transporte.

Ficam a cargo da Contratada o seguro da carga, quando necessário, assim como do veículo. Qualquer acidente que ocorra com a carga, o veículo ou contra terceiros, durante o transporte, será de sua inteira responsabilidade.

É obrigação da contratada o controle das viagens transportadas, a fim de evitar que o material seja descarregado fora do local de destino ou em locais não apropriados.

Qualquer que seja o local de transporte, não serão permitidas pessoas viajando sobre a carga.

Deverão ser observadas todas as regras da legislação de trânsito no que se refere a transporte de cargas, mesmo dentro dos canteiros de obra.

O controle da carga, quanto à distribuição do material, será visual; quanto a determinação do volume, o procedimento será descrito a seguir:

Em caminhões basculantes – no caso de materiais a serem medidos na báscula, tais como, os provenientes de demolições, deverá haver a distribuição homogênea, de modo a permitir o cálculo do volume transportado em cada viagem; Os caminhões deverão ter as dimensões de suas caçambas medidas e anotadas, previamente, visando-se facilitar a apropriação dos volumes, no caso de medição por volume solto carregado;

Em caminhões carrocerias – deverá ser verificado se a acomodação do material no veículo está de acordo com as recomendações do fabricante. O material deverá estar convenientemente apoiado e travado. Deverá ser evitada a carga em excesso, evitando-se deformações ou avarias na carga por problemas de acomodação. Deve-se tomar especial cuidado com materiais inflamáveis, materiais com poder de perfuração e aqueles que excedam os limites da carroceria.

A medição tanto do volume de material de terraplenagem, valas e cavas ou entulho será feita pelo volume solto na caçamba, efetivamente carregado, em metros cúbicos. Esse volume será determinado pela média da altura do material em relação ao fundo da caçamba, em pelo menos, 3 pontos. Os volumes serão aferidos pela Fiscalização para cada viagem, apropriando-se o total das mesmas. A distância de transporte será medida ao longo do percurso seguido pelo caminhão, entre os centros de gravidade das massas. O percurso a ser utilizado deverá ser previamente aprovado pela fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

No caso dos entulhos, a medição será feita pelo volume carregado, em metros cúbicos, medido na caçamba do veículo, considerando-se a distância de transporte entre o local da carga e o local de depósito, para efeito de faixa de DMT. A distância de transporte será medida ao longo do percurso seguido pelo caminhão, entre os centros de gravidade as massas. O percurso a ser utilizado deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização.

FONTE ES00182– ORSE

Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Os materiais provenientes da terraplenagem deverão ser encaminhados para áreas de Aterro inertes devidamente autorizados. A comprovação da destinação adequada do Bota-Fora deverá ser apresentada ao fiscal por meio das notas de Controle de transporte de Resíduos emitidas pelo recebedor do material.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Os serviços referentes às demolições, remoções e retiradas previstas no quadro de quantitativos serão executadas dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados, de maneira a evitar danos à obra e a terceiros ou às estruturas que não sejam objeto dos serviços.

Considera-se demolição o ato de desfazer qualquer serviço existente, cujos materiais empregados não tenham condições de reaproveitamento, resultando entulho de obra, que poderá ser removido ou não, logo após a demolição, para os locais que a FISCALIZAÇÃO autorizar. Será procedida mecanicamente, com uso de martelete, a demolição de concretos, simples e armado, existentes e o material em questão não será reaproveitado.

Considera-se a retirada o ato de desfazer cuidadosamente qualquer serviço existente, tendo em vista o reaproveitamento dos materiais, os quais serão selecionados e guardados em local conveniente, constituindo propriedade do cliente a que pertença a obra. Ou pode também não haver aproveitamento do material e ser removido ou não de acordo com a orientação da FISCALIZAÇÃO.

Os serviços de demolição ou retirada, portanto, são complementados pela remoção que consiste no transporte do material até local de armazenamento na obra ou local de carga em veículo apropriado, para transporte para fora da obra.

Para se evitar danos aos materiais que serão reaproveitados, solicita-se maior atenção na execução das retiradas. Em caso de dano, a firma ficará obrigada a repor o material e refazer os serviços com todos os ônus por sua conta.

Os locais de armazenamento e/ou bota-fora serão definidos pela FISCALIZAÇÃO. Os materiais a serem demolidos e retirados deverão ser previamente umedecidos para reduzir a formação de poeira.

Antes de ser iniciada a demolição de qualquer serviço, as linhas de abastecimento de energia elétrica e as tubulações de água, gás, esgoto e escoamento de águas pluviais deverão ser retiradas, protegidas ou





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

escoradas com sarrafos de madeira apoiados no terreno, e por fim, fixa-se a estrutura que delimita a altura e a abertura do tronco de pirâmide.

Forma para viga baldrame

A partir dos projetos de fabricação de fôrmas, devem ser conferidas as medidas e realizados os cortes das peças de madeira não aparelhada, observando rigorosamente as marcações e utilizando instrumentos adequados, como trena metálica calibrada, esquadro de braços longos, transferidor mecânico ou marcador eletrônico de ângulo. Em seguida, estrutura-se a fôrma das laterais da viga baldrame, pregando pontaletes às tábuas. Os demais dispositivos do sistema de fôrmas são executados conforme o projeto de fabricação. Após isso, faz-se a marcação das faces para auxiliar na montagem, posicionam-se as faces laterais conforme o projeto e escoram-se com sarrafos de madeira apoiados no terreno. Por fim, trava-se as duas faces com sarrafos pregados na face superior da viga.

Forma para bloco de coroamento

A partir dos projetos de fabricação de fôrmas, devem ser conferidas as medidas e realizados os cortes das peças de madeira não aparelhada, observando rigorosamente as marcações e utilizando instrumentos adequados, como trena metálica calibrada, esquadro de braços longos, transferidor mecânico ou marcador eletrônico de ângulo. Em seguida, pregam-se os sarrafos nas tábuas, de acordo com o projeto, para compor os painéis que estarão em contato com o concreto. Os demais dispositivos do sistema de fôrmas são executados conforme o projeto de fabricação. Após isso, faz-se a marcação das faces para auxiliar na montagem das fôrmas, posicionam-se as quatro faces conforme o projeto e pregam-se com pregos de cabeça dupla. Por fim, escoram-se as laterais cravando pontaletes e sarrafos de madeira no terreno.

Forma de pilares

A partir dos eixos de referência definidos no projeto estrutural, devem ser posicionados os gualchos dos pés dos pilares, realizando medições e conferências com trena metálica, esquadro de braços longos, nível a laser e outros instrumentos adequados. Em seguida, os gualchos são fixados na laje com pregos de aço ou recursos equivalentes. Posicionam-se então três faces da fôrma do pilar, garantindo que fiquem devidamente alinhadas e fixadas ao gualcho. Os aprumadores devem ser instalados, conferindo-se o prumo, nível e ortogonalidade do conjunto com o uso de esquadro metálico.

Sobre a superfície limpa, aplica-se desmoldante com broxa ou spray em toda a face interna da fôrma. Após o posicionamento das armaduras e dos espaçadores, coloca-se a quarta face da fôrma e realiza-se o travamento com vigas metálicas e barras de ancoragem espaçadas a cada 60 cm, assegurando a manutenção das dimensões durante o lançamento do concreto. Devem ser conferidos o posicionamento, a rigidez, a estanqueidade e o prumo da fôrma, introduzindo-se os contraventamentos previstos no projeto.

A retirada das fôrmas deve ocorrer somente após o concreto atingir a resistência mínima especificada para suportar as cargas, conforme os prazos e orientações do projeto estrutural e a norma NBR 14931:2004. Logo após a desfôrma, deve-se proceder à limpeza das peças e ao armazenamento adequado para evitar empenamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO**

Perfis metálicos A-36

O fornecimento e montagem de estrutura em perfis de aço ASTM A36 destina-se à execução de elementos estruturais metálicos utilizados em edificações industriais, comerciais e institucionais, como pilares, vigas, treliças, mezaninos, coberturas e suportes diversos. O aço ASTM A36 é amplamente empregado na construção civil por apresentar boa resistência mecânica, soldabilidade e versatilidade, sendo adequado para estruturas que exigem desempenho estrutural e confiabilidade.

A execução inicia-se com a conferência do projeto estrutural, verificando dimensões, especificações dos perfis, pontos de ligação e detalhamento das conexões. Em seguida, procede-se ao fornecimento e preparação dos perfis de aço, incluindo cortes, furações, chanfros e eventuais soldagens em oficina, conforme detalhamento técnico. As peças são então transportadas até o local da obra e posicionadas com auxílio de equipamentos adequados, como guindastes ou talhas, respeitando a sequência de montagem prevista em projeto. A montagem consiste na fixação dos perfis por meio de ligações soldadas e/ou parafusadas, garantindo alinhamento, prumo e nível dos elementos estruturais. Após a conclusão da montagem, são realizados reapertos, inspeção das soldas e verificação geral da estabilidade do conjunto.

Durante a execução, é fundamental assegurar que todos os perfis estejam em conformidade com o projeto estrutural e com as especificações do material. Deve-se garantir o correto alinhamento e prumo durante a montagem, evitando esforços indesejados ou desalinhamentos que comprometam a estabilidade. As soldas devem ser executadas por profissional qualificado, obedecendo aos procedimentos técnicos adequados. Também é indispensável o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, especialmente em trabalhos em altura e movimentação de cargas, além da observância rigorosa das normas de segurança e das recomendações técnicas aplicáveis à montagem de estruturas metálicas.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

IMPERMEABILIZAÇÕES

Contrapiso

O contrapiso em argamassa traço 1:4 é uma camada de regularização aplicada sobre lajes ou pisos previamente preparados, com a função de proporcionar uma superfície nivelada, aderente e pronta para receber o revestimento final. O serviço consiste no fornecimento dos materiais (cimento, areia e aditivo impermeabilizante), seguido da dosagem e preparo mecânico em betoneira de 400 litros para garantir homogeneidade da argamassa. A aplicação é feita manualmente, espalhando a argamassa de maneira uniforme e aderida à laje, até atingir a espessura de 4 cm, e em seguida regularizando e alisando a superfície com desempenadeira ou régua. Durante a execução, é essencial verificar o nivelamento, evitar excesso de água que prejudique a aderência, assegurar a completa distribuição do aditivo impermeabilizante e proteger a área recém-aplicada contra circulação de pessoas ou objetos até a cura inicial, garantindo durabilidade e resistência do contrapiso.

A cura desta pavimentação será obrigatoriamente feita pela conservação da superfície, leve e permanentemente molhada durante, pelo menos, 07 (sete) dias após sua execução.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

Proteção mecânica

Após a realização do teste de estanqueidade, e com a impermeabilização completamente seca, deve-se aplicar o filme de polietileno como camada separadora entre a camada impermeável e a camada de proteção mecânica a ser executada. Em seguida, a área deve ser dividida em quadros com dimensão máxima de 5 x 5 m, de modo a evitar o surgimento de fissuras decorrentes da retração. Na sequência, procede-se ao lançamento e ao adensamento da argamassa sobre a camada separadora, formando uma camada com espessura de aproximadamente 2 cm. Por fim, a argamassa deve ser sarrafeada e desempenada, garantindo o adequado acabamento da superfície.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

PISO/PAVIMENTAÇÃO

Os pisos só serão executados ou aplicados após o assentamento de todos os elementos mecânicos e elétricos que com eles interfiram, regularizando com camada de preenchimento o nivelamento das superfícies.

Nas áreas molhadas, sujeitas à lavagem, deve ser observado um caimento mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) em direção aos ralos e escoamento das águas.

Lastro de concreto

O lastro de concreto tem a finalidade de regularizar e estabilizar a base de apoio para elementos estruturais ou revestimentos, proporcionando uma superfície plana, resistente e com proteção adicional contra a umidade do solo.

O serviço compreende a execução de lastro de concreto com espessura de 5 cm, preparado de forma mecânica, incluindo o uso de aditivo impermeabilizante, bem como as etapas de lançamento e adensamento. A execução inicia-se com a limpeza, nivelamento e, quando necessário, umedecimento da superfície de apoio. Em seguida, procede-se ao preparo do concreto em betoneira, com dosagem controlada e incorporação do aditivo impermeabilizante conforme as recomendações do fabricante. O concreto é então lançado no local, espalhado e nivelado, respeitando a espessura especificada, e posteriormente adensado, garantindo o correto preenchimento e a eliminação de vazios. Finaliza-se com o acabamento superficial e início do processo de cura.

Durante a execução, devem ser observados cuidados como o controle rigoroso da dosagem do aditivo impermeabilizante, evitando prejuízos ao desempenho do concreto, o lançamento contínuo, para prevenir juntas frias, e o adensamento adequado, sem segregação dos materiais. Deve-se ainda assegurar a espessura uniforme do lastro, proteger a superfície contra tráfego prematuro e realizar a cura correta do concreto, evitando fissuras e perda de resistência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO**

Calçada ou piso de concreto

Nos locais indicados e com as dimensões definidas em projeto, será construído passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento com polimento mecânico com acabadora simples, espessura de 8cm, armado com tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-196, (3,11 kg/m²), diâmetro do fio = 5,0 mm, largura conforme projeto, espaçamento da malha = 10 x 10 cm, inclusive forma para o piso tátil.

A cura desta pavimentação será obrigatoriamente feita pela conservação da superfície, leve e permanentemente molhada durante, pelo menos, 07 (sete) dias após sua execução.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

REVESTIMENTOS

Chapisco

A base a ser revestida deve estar limpa, livre de pó, graxa, óleo, eflorescência, materiais soltos ou quaisquer produtos ou incrustações que venham a prejudicar a aderência do revestimento.

É uma argamassa usada para revestir paredes ou tetos. Sua finalidade é facilitar o revestimento posterior, garantindo maior aderência, devido à sua superfície porosa. É uma argamassa de cimento e areia média ou grossa sem peneirar no traço 1:3, espessura 5 mm. Deve ser utilizado no máximo até 2,5 horas a partir do contato da água com os demais componentes e desde que não haja qualquer sinal de endurecimento.

Deve ser lançado sobre a alvenaria previamente umedecida com auxílio da colher de pedreiro, em uma única camada de argamassa. A camada de chapisco deve ser uniforme, fina e de acabamento áspero. A cura do chapisco se dá 24h depois da aplicação. Realizada a cura, pode ser executado o emboço/reboco.

Reboco/Massa única/Emboço

Toda superfície onde for previsto o assentamento de azulejo, cerâmica e pastilha como revestimento, receberá após a camada de chapisco de aderência, uma camada de emboço interno com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar no traço 1:2:8, com espessura máxima de 20 mm, devidamente niveladas, prumadas, regularizadas e desempenadas à régua, de modo a apresentarem um aspecto uniforme e sem ondulações, pronto para receber o revestimento.

Receberão massa única os locais indicados em projeto. A massa única (reboco) deverá ser regularizada e desempenada a régua de alumínio, com espessura máxima de 20 mm e parâmetros perfeitamente planos, não sendo toleradas quaisquer ondulações ou desigualdade de alinhamento da superfície. A superfície deverá ter aspecto uniforme e não áspera. Será utilizada argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8.

O emboço e a massa única só serão iniciados após a completa cura da argamassa de chapisco de aderência e devem ser utilizados no máximo até 2,5 horas a partir do contato da água com os demais componentes e desde que não haja qualquer sinal de endurecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO**

empregando-se removedor adequado.

Todas as esquadrias deverão ser protegidas com papel colante, assim como os espelhos, pedras, rosetas, puxadores, etc.

Toda a superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho.

A tinta aplicada será bem espalhada sobre a superfície, com espessura regular mínima possível em cada demão e livre de escorrimentos.

As superfícies serão cuidadosamente limpas, totalmente secas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente. As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente enxutas.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver totalmente seca. Convém cumprir as recomendações do fabricante quanto ao intervalo entre as demãos.

A tinta aplicada será bem espalhada sobre a superfície, com espessura regular mínima possível em cada demão e livre de escorrimentos.

Os respingos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se o removedor adequado para cada caso. Antes da execução, qualquer pintura será submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO através de uma amostragem com as dimensões mínimas de (0,50 x 1,00) m, sob iluminação semelhante e em superfície idêntica do local a que se destina. A indicação exata dos locais a receber os tipos de pintura e respectivas cores será, oportunamente, determinada em detalhes no projeto, especificação complementar ou pela FISCALIZAÇÃO.

Todas as esquadrias deverão ser protegidas com papel colante, assim como os espelhos, pedras, rosetas, puxadores, etc.

Toda a superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho. A pintura com tinta látex somente poderá ser iniciada após a cura completa do reboco, para evitar problemas futuros de eflorescência, de calcificação e de desagregamento.

Os materiais a serem empregados deverão ser novos, de 1ª qualidade, não se permitindo nenhum defeito decorrente de fabricação, transporte ou manuseio inadequado, devendo ser vistoriados pela FISCALIZAÇÃO, após sua entrega na obra e antes da sua instalação.

Pintura de Parede / Teto

Nas áreas indicadas pela fiscalização será aplicada pintura a cal, pintura acrílica ou pva, nas cores e referências indicadas pela FISCALIZAÇÃO, de acordo com as seguintes recomendações:

- espanamento das superfícies;
- sobre a massa única será aplicada a massa pva;
- sobre a massa pva será aplicada o selador acrílico;
- após a secagem do selador será aplicada a tinta **látex acrílica ou pva**, em duas demãos;

Pintura texturizada

- Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação;
- Diluir a textura em água potável (máximo 10%), conforme fabricante;
- Aplicar demão única com rolo de espuma especial para textura.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

Emassamento

Inicialmente, deve-se observar as condições da superfície, que deve estar limpa, seca e livre de poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação. Caso necessário, o produto deve ser amolecido com água potável, conforme as instruções do fabricante.

A aplicação deve ser feita em camadas finas, utilizando espátula ou desempenadeira, até atingir o nivelamento desejado. Após a secagem da primeira demão, deve-se aplicar a segunda demão de massa, garantindo uniformidade na superfície.

Concluída a aplicação, é necessário aguardar a secagem final para realizar o lixamento manual e a remoção completa do pó, deixando a superfície pronta para o acabamento.

Pintura do meio-fio

Consiste na pintura a cal dos meio-fios, visando melhorar a visibilidade e aumentar a segurança dos usuários.

A pintura do meio-fio será executada através da dissolução de água no cal com fixador para pintura de meio-fio e mexer constantemente. Recomenda-se aplicar com trincha ou pincel apropriados.

Pode-se aplicar com bombas especializadas desde que o acabamento seja aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados. As superfícies serão cuidadosamente limpas, totalmente secas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente. As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente enxutas.

Os serviços serão rejeitados caso seja constatado imperfeição.

Após o assentamento das peças será procedida à pintura a cal do meio-fio utilizando duas demãos.

Fundo Selador

A superfície deve estar limpa, seca e livre de poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação. O selador deve ser diluído em água potável, conforme orientação do fabricante, e aplicado em uma demão utilizando rolo ou trincha.

Pintura com esmalte poliuretano

A pintura com esmalte poliuretano de acabamento pulverizada sobre superfícies metálicas é utilizada para proteção e acabamento de peças metálicas diversas executadas em obra, como chapas, guarda-corpos, portões, suportes e estruturas não enquadradas como perfis estruturais. O esmalte poliuretano apresenta elevada resistência mecânica, durabilidade, excelente acabamento estético e boa resistência às intempéries, sendo indicado para ambientes internos e externos.

A execução do serviço inicia-se com a preparação adequada da superfície metálica, que deve estar limpa, seca e isenta de poeira, graxa, óleo, ferrugem ou partículas soltas. Quando necessário, realiza-se lixamento ou escovação mecânica para remoção de oxidação e criação de rugosidade adequada para aderência. Caso especificado, aplica-se previamente um fundo anticorrosivo compatível com o sistema de pintura. Após a preparação e limpeza final, procede-se à aplicação do esmalte poliuretano por meio de pulverização com equipamento apropriado, garantindo distribuição uniforme da tinta e espessura adequada da película. Aplica-se a primeira demão, respeitando o tempo de secagem recomendado pelo fabricante, e posteriormente a segunda demão, assegurando cobertura homogênea e acabamento regular. Ao final, realiza-se inspeção visual para verificar uniformidade, ausência de falhas e qualidade do acabamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

Durante a execução, é fundamental controlar as condições ambientais, evitando aplicação em superfícies úmidas ou sob chuva, poeira excessiva ou ventos fortes que prejudiquem a pulverização. Deve-se respeitar rigorosamente as proporções de mistura, quando aplicável, e o intervalo entre demãos. É indispensável o uso de equipamentos de proteção individual, especialmente máscara com filtro adequado para vapores orgânicos, luvas e óculos de proteção, devido à toxicidade dos vapores do poliuretano. Também é importante proteger áreas adjacentes contra névoa de tinta e garantir ventilação adequada, assegurando qualidade, segurança e durabilidade do sistema de pintura.

Pintura com tinta alquídica de fundo (tipo zarcão) e acabamento

A peça deve ser limpa manualmente, promovendo a remoção de pó e demais detritos existentes na superfície. Em seguida, a tinta deve ser preparada, realizando-se a diluição conforme as orientações do fabricante. Após o preparo, procede-se à aplicação de duas demãos de tinta sobre a superfície metálica, utilizando equipamento de pulverização, respeitando rigorosamente o intervalo entre as demãos indicado pelo fabricante.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário do contrato, ficando incluídos os custos com fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

CALÇADAS E ROTAS ACESSÍVEIS

Escavação manual / mecanizada

Trata-se da abertura de valas ou cavas, executada manualmente dentro de áreas urbanas e que demanda cuidados especiais.

As escavações, caso necessário, serão convenientemente isoladas, escoradas e esgotadas, adotando-se todas as providências e cautelas aconselháveis para a segurança dos operários, garantia das propriedades vizinhas e integridade dos logradouros e redes públicas.

Para a regularização da superfície do terreno a ser trabalhada, a escavação será manual de vala em terra compactada até 1,30 m de profundidade.

O eixo das valas corresponderá, rigorosamente, ao eixo da tubulação, sendo respeitados os alinhamentos e as cotas indicadas no projeto, com eventuais modificações, autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, em face de obstáculos não previstos no traçado das mesmas.

Colchão de areia

O colchão de areia grossa tem a finalidade de regularizar a superfície de apoio, melhorar a drenagem e distribuir cargas de forma uniforme, sendo utilizado como camada de assentamento ou base para pisos, lastros, tubulações e outros elementos construtivos.

O serviço compreende o fornecimento da areia grossa no local da obra (posto obra) e o seu espalhamento na área indicada. A execução inicia-se com a limpeza e preparação da superfície, removendo materiais soltos ou contaminantes. Em seguida, a areia grossa é lançada sobre a área, manualmente ou com auxílio de equipamentos, e espalhada de maneira uniforme, atingindo a espessura prevista em projeto. Quando



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

necessário, realiza-se o nivelamento e leve compactação, garantindo uma base regular e estável para a etapa subsequente.

Durante a execução, devem ser observados cuidados como a utilização de areia limpa, isenta de matéria orgânica ou impurezas, o controle da espessura do colchão, evitando irregularidades, e o nivelamento adequado, assegurando o correto desempenho da camada de apoio. Deve-se ainda evitar a saturação excessiva com água, proteger a área contra contaminação posterior e respeitar as especificações do projeto quanto à espessura e finalidade do colchão de areia.

Carga e transporte de material

A contratada torna-se responsável pela carga e o transporte do material/entulho até a sua entrega nos pontos determinados pela FISCALIZAÇÃO. Ficam sob sua responsabilidade os cuidados de carregamento e descarregamento, acomodação de forma adequada no veículo e no local de descarga, assim como todas as precauções necessárias durante o transporte. Qualquer que seja o local de transporte, não serão permitidas pessoas viajando sobre a carga.

A carga pode ser feita manual ou mecanicamente.

A carga manual consiste no carregamento manual de material de qualquer categoria para o caminhão basculante ou em outros equipamentos transportadores sem a utilização de equipamentos de carga.

A carga mecanizada consiste no carregamento de material de qualquer categoria para caminhões basculantes ou em outros equipamentos de transportadores, com utilizações de pás carregadeiras ou escavadeiras.

O material pode ser oriundo de cortes ou empréstimos, de substituição de materiais de baixa qualidade retirado dos cortes, além de material originário de demolições em geral, qualquer que seja a sua natureza a serem removidos.

A carga será geralmente precedida pela escavação do material, ou demolição, e de sua deposição na praça de carregamento em condições de ser manipulado manualmente ou pelo equipamento de carga.

As praças de carregamento deverão apresentar boas condições de conservação, circulação e manobra.

No caso de valas ou cavas, com remoção total ou parcial de material, a carga poderá ser feita juntamente com a escavação, principalmente quando se tratar de serviço em área urbana.

O material deverá ser lançado na caçamba, de maneira a que fique uniformemente distribuído, no limite geométrico da mesma para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte.

Tratando-se de transporte em área urbana, estradas ou em locais onde haja tráfego de veículos ou pedestres, a caçamba do equipamento deverá ser completamente coberta com lona apropriada, ainda no local de carga, evitando-se assim poeira e queda de material nas vias.

Em áreas urbanas, o material estocado na praça de carregamento, deverá ser mantido umedecido, evitando-se poeira.

Os equipamentos de transportes deverão ter as dimensões de suas caçambas levantadas e anotadas, previamente, visando-se facilitar a apropriação dos volumes, no caso de medição por volume solto carregado.

Na carga, o material deverá ser uniformemente distribuído na caçamba.

A utilização de carga manual ou mecanizada se fará de acordo com as condições dos locais de carga e com as características dos materiais, ficando sua definição a cargo da Fiscalização.

Para o carregamento manual, a equipe deverá estar devidamente protegida com EPIs (bota de couro, luvas e máscaras contra poeira) e provida das ferramentas adequadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

Para o carregamento mecanizado deverão ser usadas pás carregadeiras, escavadeiras ou retroescavadeiras.

Havendo necessidade de remunerar em separado, a carga, e ou, o transporte do material proveniente da escavação, os seus volumes deverão ser majorados com os coeficientes a seguir:

1,10 para areias;

1,20 para solos silto-arenosos;

1,25 para solos argilosos.

Em situações excepcionais, ou quando não houver corte a medir (materiais previamente armazenados, adquiridos de terceiros ou entulhos), a medição será feita pelo volume solto (m³), efetivamente carregado. Este volume será determinado pela média da altura do material em relação ao fundo da caçamba, em pelo menos, 3 pontos. Os volumes serão aferidos pela Fiscalização para cada viagem, apropriando-se o total das mesmas.

FONTE ES00180 - ORSE

Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Esta especificação regulamente o transporte de materiais que possam ser medidos por volume ou peso, inclusive aqueles provenientes de demolições.

Os materiais transportados abrangidos por esta especificação podem ser:

- f. Materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias previstas para os serviços de terraplenagem ou oriundos destes;
- g. Materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias oriundos de escavações de valas ou cavas ou destinados a estas;
- h. Qualquer dos materiais utilizados na execução das diversas camadas do pavimento, inclusive paralelepípedos, bloquetes etc;
- i. Materiais oriundos da demolição de edificações ou outras estruturas de alvenarias ou concretos (entulhos);
- j. Materiais diversos.

Considera-se o transporte em caminhões basculantes para aqueles materiais que possam ter seu volume facilmente determinado, tais como britas, areia, terra, asfalto etc.

Considera-se o transporte em caminhões com carroceria de madeira para aqueles que apresentem dificuldade em determinação do volume, mas com peso facilmente obtido, seja através de mensuração em balança ou de cálculo de unidade x densidade, tais como peças de concreto pré-moldado.

Esta especificação tem função de referência. Cargas especiais, que requeiram um tratamento específico, serão objeto de Especificação complementar própria.

O material procedente da escavação do terreno natural, geralmente é, constituído por solo, alteração de rocha, rocha ou associação destes tipos.

A classificação dos materiais quanto a 1ª, 2ª e 3ª categorias está perfeitamente definido na Norma Dnit 106/2009 – ES (Terraplenagem – Cortes).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

Internamente, aplica-se chapisco e massa única para revestimento, garantindo superfície regular e proteção contra infiltrações. Após a execução da alvenaria e do revestimento, instala-se a tampa em concreto armado, ajustando sua posição para que fique nivelada e segura. Os cuidados na execução incluem conferir constantemente o nivelamento e esquadro da alvenaria, assegurar a cura adequada do concreto e da argamassa, evitar fissuras durante a concretagem da tampa e manter a área limpa para facilitar inspeções futuras.

Caixa de gordura de pvc

- Após execução da escavação e, caso seja necessário, da contenção da cava, preparar o fundo com lastro de areia;
- Sobre o lastro de areia, posicionar a caixa conforme projeto.

Tubulação

O procedimento de instalação da tubulação inicia-se com a verificação do comprimento do trecho a ser instalado, conforme indicado no projeto. Em seguida, corta-se o comprimento necessário da barra do tubo e remove-se quaisquer arestas resultantes do corte. O tubo é então posicionado no local definido pelo projeto, mantendo suas extremidades livres para permitir posterior conexão com outros trechos ou elementos do sistema.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário do contrato, ficando incluídos os custos com fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS - COMBATE A INCÊNDIO

As INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO ficarão sob a responsabilidade de empresa especializada, obedecerão às normas prescritas pelo Corpo de Bombeiros, SUSEP e Ministério do Trabalho e ainda aos métodos de ensaios e padrões aprovados e recomendados pela ABNT.

A execução dos serviços de assentamento das tubulações, conexões e peças especiais das instalações de combate a incêndio, deverão obedecer, rigorosamente, as normas técnicas e utilizando os materiais listados na planilha orçamentária e atendendo ao especificado na **MEMÓRIA DE CÁLCULO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO**

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário do contrato, ficando incluídos os custos com fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS - SPDA

As INSTALAÇÕES ESPECIAIS - SPDA serão executadas, rigorosamente obedecendo às Normas Brasileiras e exigências das concessionárias locais, e utilizando os materiais listados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e atendendo ao especificado na **MEMÓRIA DE CÁLCULO**.

Todos os dispositivos a serem instalados deverão ser novos e ter procedência de fornecedor idôneo e reconhecido no mercado. Deverão ser testados e substituídos caso apresentem defeitos de fabricação ou danos de instalação.

A execução das instalações só poderá ser feita por pessoal especializado que já tenha executado obras similares, ficando a contratada responsável pela equipe indicada. Toda a instalação será inspecionada e testada tão logo seja concluída, sendo verificada a continuidade, o isolamento e o funcionamento dos materiais utilizados na obra.

As amostras de todos os materiais a serem aplicados, serão apresentadas pela CONTRATADA, para prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário do contrato, ficando incluídos os custos com fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As INSTALAÇÕES ELÉTRICAS serão executadas, rigorosamente obedecendo às Normas Brasileiras e exigências das concessionárias locais, e utilizando os materiais listados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e atendendo ao especificado na **MEMÓRIA DE CÁLCULO**.

Todos os dispositivos a serem instalados deverão ser novos e ter procedência de fornecedor idôneo e reconhecido no mercado. Deverão ser testados e substituídos caso apresentem defeitos de fabricação ou danos de instalação.

A execução das instalações só poderá ser feita por pessoal especializado que já tenha executado obras similares, ficando a contratada responsável pela equipe indicada. Toda a instalação será inspecionada e testada tão logo seja concluída, sendo verificada a continuidade, o isolamento e o funcionamento dos materiais utilizados na obra.





Perfilado 38x38mm

O perfilado perfurado 38 x 38 mm, em chapa 18, tem a finalidade de suportar e organizar instalações elétricas aparentes, como cabos, luminárias, eletrocalhas e acessórios, proporcionando flexibilidade, facilidade de manutenção e acabamento adequado às instalações.

O serviço compreende o fornecimento e instalação do perfilado metálico perfurado, com dimensões de 38 x 38 mm e espessura correspondente à chapa 18. A execução inicia-se com a marcação do traçado e dos pontos de fixação, conforme projeto elétrico. Em seguida, realiza-se o corte do perfilado nas dimensões necessárias, o posicionamento no local e a fixação à estrutura de apoio (laje, parede ou estrutura metálica), por meio de chumbadores, parafusos ou suportes apropriados. Após a montagem, são feitos os alinhamentos e ajustes finais, garantindo continuidade, nivelamento e firmeza do conjunto, deixando-o pronto para receber os demais componentes da instalação elétrica.

Durante a execução, devem ser observados cuidados como o alinhamento e nivelamento rigorosos, evitando esforços indevidos nos acessórios instalados, a fixação adequada conforme a carga prevista, prevenindo deformações, e o tratamento correto das extremidades cortadas, eliminando rebarbas que possam danificar cabos. Deve-se ainda assegurar a continuidade elétrica do perfilado, quando exigido como elemento de aterramento, e seguir as normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas.

Suporte para perfilado

A fixação de suporte para perfilado curto 38 x 38 mm com vergalhão (tirante) de 3/8" tem a finalidade de garantir a sustentação e o correto posicionamento do perfilado metálico, permitindo a instalação segura de luminárias, cabos e demais componentes das instalações elétricas aparentes.

O serviço compreende o fornecimento e instalação do suporte para perfilado, incluindo o vergalhão de aço de 3/8", porcas, arruelas, chumbadores e demais acessórios necessários. A execução inicia-se com a marcação dos pontos de fixação na estrutura superior (laje ou viga), seguida da instalação do tirante, devidamente chumbado ou ancorado conforme o tipo de suporte. Em seguida, o perfilado curto 38 x 38 mm é posicionado e fixado ao tirante, com regulagem de altura e alinhamento, garantindo estabilidade e nivelamento. Ao final, são realizados os ajustes e a conferência da fixação, assegurando o correto suporte das cargas previstas.

Durante a execução, devem ser observados cuidados como o dimensionamento adequado do tirante em relação à carga, a fixação firme e segura na estrutura, evitando deslocamentos ou vibrações, e o alinhamento do perfilado, prevenindo esforços indevidos nos componentes instalados. Deve-se ainda proteger as extremidades do vergalhão, eliminar rebarbas e garantir que a instalação atenda às normas técnicas e de segurança aplicáveis às instalações elétricas.

Padrão de entrada

- Os eletrodutos já devem estar instalados e então são encaixados no quadro de medição, cada unidade tem a sua caixa do quadro e seu eletroduto;
- Em seguida faz-se a colocação do quadro no local definitivo.



Medição e pagamento

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário do contrato, ficando incluídos os custos com fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Nos locais indicados a critério da FISCALIZAÇÃO serão executados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, conforme discriminados na memória de cálculo e planilha orçamentária.

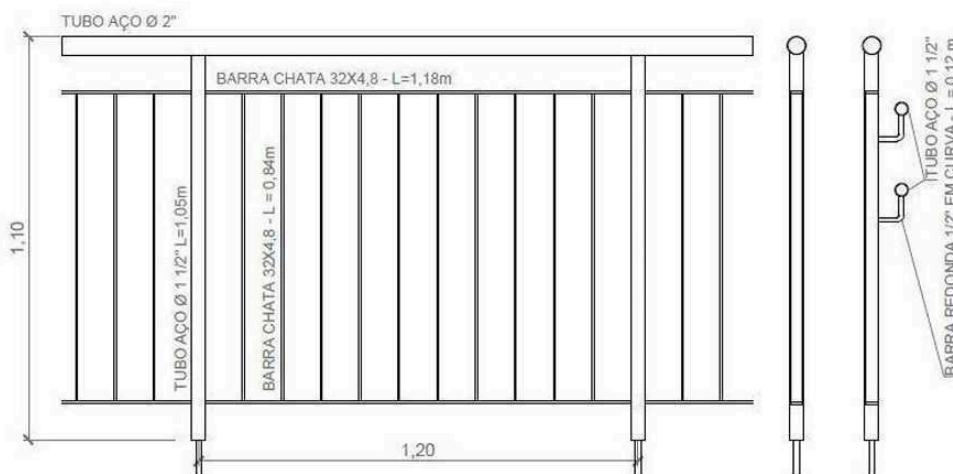
Os materiais a serem empregados deverão ser de 1ª qualidade, isentos de defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequado e devem ser vistoriados pela FISCALIZAÇÃO, após sua entrega na obra e antes da sua instalação.

Os materiais devem está de acordo com as especificações aprovadas e serem aplicados e aprovado pela Fiscalização da obra.

Os serviços serão rejeitados caso seja comprovado imperfeição.

Guarda-corpo com montantes tubulares de 1 1/2"

Inicialmente devem ser conferidas as medidas na obra e, em seguida, realizadas as operações de corte e perfuração das peças conforme o projeto. Após isso, deve-se lixar cuidadosamente todas as linhas de corte e os pontos de perfuração executados nos perfis e chapas, eliminando completamente as rebarbas. Na sequência, executam-se os furos no substrato de concreto, promovendo a retirada de todos os resíduos. Aplica-se então o adesivo estrutural nos furos, procedendo à fixação do chumbador pontalete no concreto. O montante é fixado ao chumbador pontalete por meio de solda. Posteriormente, realizam-se as soldagens das peças horizontais do gradil e, em seguida, das peças verticais, conforme indicado em projeto. A travessa superior é soldada aos montantes, executando-se as emendas quando necessário. Em seguida, solda-se a barra redonda em "L" nos montantes e, sobre estas, os corrimãos. Por fim, devem ser lixados todos os pontos de solda, removendo os excessos e garantindo um acabamento adequado.

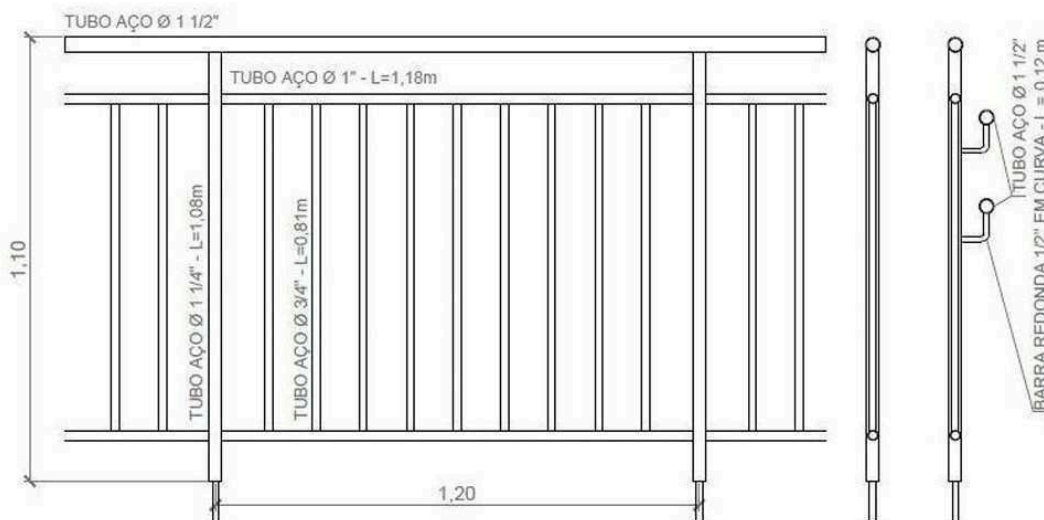


Corrimão duplo

O corrimão duplo em aço galvanizado tem a finalidade de garantir segurança, apoio e acessibilidade aos usuários, especialmente em escadas, rampas e circulações, atendendo às exigências funcionais e de uso contínuo, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida.

O serviço compreende o fornecimento e assentamento do corrimão em aço galvanizado, com altura total de 0,92 m, composto por barras duplas de 1/2", instaladas nas cotas de 0,90 m e 0,70 m, chumbadas diretamente em alvenaria, sem montantes aparentes. A execução inicia-se com a marcação dos pontos de fixação, respeitando os alinhamentos e alturas especificadas. Em seguida, são realizados os furos na alvenaria e o chumbamento das barras com argamassa apropriada, garantindo ancoragem firme e estável. Após a fixação e cura do chumbamento, procede-se à preparação das superfícies metálicas, aplicação de pintura de fundo e, posteriormente, pintura de acabamento com esmalte sintético, conforme especificação, assegurando proteção e acabamento uniforme.

Durante a execução, devem ser observados cuidados como o alinhamento rigoroso das barras, evitando desníveis ou irregularidades, o correto chumbamento, assegurando resistência aos esforços de uso, e o respeito às alturas normativas de acessibilidade, quando aplicável. Deve-se ainda garantir a aderência adequada da pintura, realizando limpeza e preparo da superfície antes da aplicação, bem como proteger o corrimão contra impactos ou uso prematuro até a completa cura da argamassa e da pintura.



Medição e pagamento

Os itens serão medidos pelas respectivas unidades listadas na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

A Administração Local compreende o conjunto de gastos com pessoal, materiais e equipamentos incorridos pelo executor no local do empreendimento e indispensáveis para apoio e condução da obra.

É exercida normalmente por pessoal técnico e administrativo, em caráter de exclusividade, tais como: engenheiro responsável, engenheiros setoriais, equipes de medicina e segurança no trabalho. O custo da administração local é representado pelo somatório dos salários e encargos dos componentes das respectivas equipes, que incluem pessoal de serviços gerais e de apoio.

Estão incluídos nos custos da administração local, engenheiros, os mestres de obras, encarregados gerais, encarregados de turma, de pavimentação e de britagem, técnicos de produção, apontadores, almoxarifes, motoristas, equipes de escritório, vigias e seguranças do trabalho vinculados à obra. Os níveis inferiores da hierarquia da mão de obra são incluídos diretamente nas composições de custos dos serviços.

A administração local ainda inclui uma série de despesas que ocorrem no andamento das obras e que são suportados diretamente pelo executor, tais como: materiais de consumo e de expediente como cópias xerográficas e heliográficas; fotografias; materiais de escritório; medicamentos; operação de veículos para transporte de pessoal, combustível e manutenção;

Custos das concessionárias: água; esgoto; luz e energia; comunicações (correios, telefonia e internet); consultoria externa; aluguéis; segurança: polícia e vigilância; outras despesas similares vinculadas diretamente às obras.

De maneira geral, a administração local de uma obra pode envolver a realização das seguintes atividades básicas: Chefia da obra; Supervisão de produção; Manutenção dos equipamentos; Manutenção do canteiro; Gestão de informática; Gestão de materiais; Gestão de recursos humanos; Medicina e segurança do trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

A montagem da estrutura administrativa local de cada obra é realizada em função do desdobramento de cada atividade básica, definindo-se os cargos e as funções a serem ocupadas. Nesse desdobramento, foram analisadas as características da obra, a estratégia adotada para sua execução, o cronograma físico e a distribuição geográfica das frentes de trabalho.

As despesas referentes a ferramentas manuais, equipamentos de proteção individual, alimentação do pessoal e transporte da mão de obra direta são considerados encargos complementares ao custo horário da mão de obra e são incluídos diretamente nas composições de custos dos serviços.

De maneira geral, os custos de administração local de uma obra tendem a apresentar pouca variação durante os meses de execução do empreendimento. Dessa forma, por critério, o custo total da administração local será calculado em função do custo mensal obtido como referência. **Entretanto, durante a fase de medição dos serviços, os custos de administração local devem ser proporcionais à execução financeira do contrato, conforme preconizado no Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário.** Assim, se o construtor executou 9% do valor da obra em determinado mês, por exemplo, teria direito a 9% do pagamento previsto contratualmente para a Administração Local.

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

A Vigilância da obra será de responsabilidade da CONTRATADA, conforme discriminados na memória de cálculo e planilha orçamentária.

A vigilância é um serviço inerente a qualquer construção civil, sendo de responsabilidade da construtora os materiais, equipamentos, canteiro, etc, onde a licitante vencedora que deverá ter a guarda de todos os materiais utilizados na execução da obra.

A vigilância da obra será de forma eletrônica com locação de equipamentos (câmeras e sensores) inclusive serviços mensais de monitoramento.

O serviço de instalação e desinstalação de câmeras e sensores para vigilância eletrônica será de responsabilidade da construtora.

Medição e pagamento

Os itens serão medidos pelas respectivas unidades listadas na Planilha Orçamentária.

O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão-de-obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

CONCLUSÃO

Para todos os serviços citados nessa especificação, os materiais a serem empregados deverão ser de 1ª qualidade, isentos de defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequado, e devem ser vistoriados pela FISCALIZAÇÃO, após sua entrega na obra e antes da sua instalação. Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, observando todas as regras de segurança aplicáveis para a atividade em questão.

Os serviços devem ser executados seguindo às orientações estabelecidas nessa especificação técnica, nos projetos existentes e nas informações fornecidas pelo responsável técnico e pela fiscalização da obra.

Antes do recebimento definitivo da obra, todos os aparelhos sanitários, louças, metais, luminárias, bancadas, esquadrias, ferragens, vidros e demais itens necessários serão limpos com o uso de produto



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE ORÇAMENTO - DO

apropriado, de modo a ficarem isentos de quaisquer manchas, respingos de tinta ou resíduos de materiais de construção. Deverão ser retirados das vias e de todo o terreno ocupado pela Construtora, todo o lixo, excesso de materiais, estruturas temporárias e equipamentos. Todas as áreas utilizadas deverão ser regularizadas e apresentáveis. A obra deverá ser limpa e conservada até que a inspeção final tenha sido feita. Esses serviços serão considerados indispensáveis à conclusão do contrato e não será feito nenhum pagamento adicional para remuneração dos mesmos.

Conforme informado anteriormente, se for comprovado algum defeito após o recebimento de um serviço e mesmo efetuado o seu pagamento, obriga-se o empreiteiro a refazê-lo, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das demolições e reconstruções.

Observações Importantes:

Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenham idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.

Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento com todos os pertences cuidadosamente instalados em posição firme ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência.

A CONTRATADA deverá garantir que a mão-de-obra será de primeira qualidade.

A FISCALIZAÇÃO designada para a obra poderá rejeitar a qualquer tempo, qualquer parte do fornecimento e instalação que não atenda ao presente em projeto, se existir, ou às normas técnicas que regem o assunto.

João Pessoa, 09 de março de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.

TERMO DE REFERÊNCIA

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos - DIPO
Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

Assinado por 2 pessoas: KIMARBAIWINZAFERLIMEDB150/S/ALMA PIREZ e RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopeessoa.1doc.com.br/verificacao/8696-56B8A-9718C-BA3-6> e informe o código 97531-6E38A-9718C-DE345



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

SUMÁRIO

- 1- Objetivo
- 2- Objeto
- 3- Descrição da Solução
- 4- Prazo
- 5- Custo
- 6- Requisitos da Contratação
- 7- Obrigações da Contratada
- 8- Obrigações da Contratante
- 9- Fiscalização
- 10- Diretrizes do Serviço
- 11- Qualificação Técnica

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

6. Requisitos da Contratação

- O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.540/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.
- A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de **08 (oito) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- A obra objeto desta contratação consiste na realização de intervenções que resultam em alteração significativa do espaço físico, abrangendo etapas padronizadas e consolidadas no setor da construção civil, o que a caracteriza como **obra comum de engenharia** nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021; trata-se de atividade técnica executada por profissionais habilitados, com especificações claras de desempenho e qualidade, cuja execução demanda procedimentos uniformes e que podem ser licitados conforme os parâmetros legais aplicáveis.
- Como **regime de execução** da futura contratação, esta diretoria entende que mais pertinente é o **Regime de Empreitada por Preço Unitário**, tendo em vista se tratar de uma, com levantamento que se baseará em projetos, podendo haver imprecisão na quantificação de alguns serviços (ex: volume de escavação, aterro e reaterro, etc.). Além do mais trata-se de obra aberta que depende também das condições climáticas.

Tal escolha corrobora com o determinado pelo Tribunal de Contas da União em

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO
vários Acordãos, como demonstrado abaixo:

ACÓRDÃO Nº 1978/2013 – TCU – Plenário
9.3.2. a empreitada por preço global, em regra, em razão

de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a **empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação**, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:
 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
 - Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei 14.133/2023).
 - A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica profissional mediante a apresentação da documentação abaixo:
 - Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

- O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:
 - Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.
- A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:
 - Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
 - Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.
- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

Os requisitos aqui apresentados são essenciais à contratação, devidamente balizados pela necessidade de oferta de um serviço público de qualidade e que atenda as exigências de desenvolvimento nacional sustentável.

7. Obrigações da Contratada

1. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular dos serviços a serem prestados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto, tais como transportes, frete, carga e descarga, etc;
3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos da CONTRATANTE, ou a terceiros, ficando desta forma autorizado o desconto do valor correspondendo dos pagamentos devidos ao CONTRATADO;
4. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;
5. Responder, quando aplicável, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste objeto, nos termos da Lei Vigente;
6. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
7. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a obra nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminui a responsabilidade da CONTRATADA;
8. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas;
9. A CONTRATADA deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança no canteiro e eventuais acidentes ocorridos na obra;
10. A CONTRATADA deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho quanto ao fornecimento de uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).
11. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:
 - i. Providenciar junto ao CREA ou CAU (entrada e recolhimento) os respectivos documentos de responsabilidade técnica referentes à execução e à FISCALIZAÇÃO, objetos do contrato e serviços pertinentes, nos termos da Lei Vigente;
 - ii. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO
relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato;

iii. Sempre deverão ser observadas as últimas versões/edições das normas exigidas pelos órgãos de fiscalização/normatização.

iv. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;

v. Providenciar a matrícula do Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto a Receita Federal;

vi. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei Vigente;

vii. Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos Federais, Municipais e Estaduais competentes, aos Órgãos particulares fornecedores de Energia elétrica, Abastecimento de água e esgoto e de Telefonia (Se houver).

12. Subcontratação:

12.1 Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;

12.2 É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

12.3 Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

12.4 Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

12.5 Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

12.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.7 A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

13. A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

14. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo os eventos que serão realizados, **até 05 dias** após a O.S. para **aprovação da fiscalização.**

15. Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta, e mediante apresentação de documentação comprobatória para a fiscalização, a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

16. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as normas de segurança do

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

trabalho previstas na legislação vigente, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, estando sujeitas a apresentação dos programas de obrigatoriedade para as empresas da construção civil, conforme NR 18. A CONTRATANTE poderá solicitar relatórios periódicos para verificar o cumprimento das normas de segurança.

17. A CONTRATANTE poderá solicitar relatórios periódicos para verificar o cumprimento das normas de segurança.

18. A elaboração dos **Projetos Executivos e as built** quando estiverem previstos em planilha orçamentária que serão de responsabilidade da CONTRATADA, devem ser entregues em até **15 dias** após a assinatura da Ordem de Serviço ou de acordo com a fiscalização para início das obras de acordo com planejamento de execução da unidade.

Obrigatoriedade de exigência de contratação

Consórcio: Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

Garantia: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

Sede da Empresa: não será obrigatória a presença de sede/filial.

8. Obrigações da Contratante

1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO
aos projetos e às suas especificações.

Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

2. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

4. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;

5. Executar as manobras de desligamento e religação do sistema para permitir a execução dos trabalhos com segurança;

6. Contatar diretamente a CONTRATADA na ocorrência de qualquer incidente que mereça correção;

7. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato;

8. Fornecer todos os esclarecimentos e informações que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

10. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

11. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

12. Efetuar os testes de parâmetro de funcionamento para recebimento dos serviços;

13. A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou falha na prestação dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

9. Fiscalização

A Supervisão Técnica dos Trabalhos será realizada pelo chefe da SEINFRA/PMJP, ou por servidor por ele designado, desempenhando a função de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, orientando, analisando e discutindo os documentos produzidos e em sua aprovação inclusive para fins de pagamento parcial e final.

10. Diretrizes de Serviço

- a) Todas as etapas de projeto e serviço devem estar de acordo com a Especificação Técnica, devendo ser desenvolvidos de forma harmônica e observando a não interferência entre os elementos.
- b) Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- c) Adotar solução construtiva racional, elegendo sempre que possível sistema de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
- d) Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção de seus diversos componentes;
- e) Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento.

10.1 Critérios de medição e Pagamento

As medições serão realizadas com período fixo de 30 dias, com exceção da primeira e última medições. E seguidas as seguintes condições:

- Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressa e previamente aprovadas pela CONTRATANTE.
- A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO
efetivamente executados.

- A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.
- Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - i. Não produzir os resultados acordados;
 - ii. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - iii. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- Do reajuste:

1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento base da administração.

1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, da data do orçamento base da administração aplicando-se o (INCC) (O Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO
determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11. Qualificação Técnica

A licitante deverá apresentar Certidão de Registro no CREA e/ou CAU da sede da licitante e dos seus responsáveis técnicos, contendo os dados cadastrais atualizados.

Justifica-se para fins deste certame considerando as quantidades mínimas exigidas para cada serviço correspondem a até 50% dos quantitativos previstos na Planilha de Orçamento e Curva ABC de Serviços, conforme estabelecido no Art. 67 da Lei 14.133/2021. A exigência de comprovação de experiência em serviços de relevância técnica e/ou valor significativo visa mitigar os riscos de contratação, garantindo que a empresa licitante possua domínio técnico e operacional necessário para a execução adequada do objeto contratual.

11.1) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação que possui em seu quadro, profissional, detentor de atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo CREA ou CAU, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PORTÃO EM AÇO E/OU FERRO;
- EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CABEAMENTO EM COBRE E/OU ALUMÍNIO;
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE E/OU PISO;
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE BANCADA EM GRANITO;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS - DIPO

11.2) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, para execução de serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PORTÃO EM AÇO E/OU FERRO – 500 M².
- EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CABEAMENTO EM COBRE E/OU ALUMÍNIO – 19.700M
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE E/OU PISO – 1.665,00 M²
- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE BANCADA EM GRANITO - 95M²

Tratam-se, portanto, de serviços de relevância técnica e/ou valor significativo e que fazem parte do escopo principal do objeto. Os requisitos fornecerão os subsídios para selecionar a empresa com a qualificação técnica mínima necessária para a execução do objeto contratual.

As exigências aqui estabelecidas estão **amparadas legalmente nos Artigos 18, inciso IX, e 67 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo que a licitação selecione uma empresa tecnicamente capacitada, minimizando riscos de execução inadequada e assegurando a qualidade dos serviços contratados.

Maria Nazaré Medeiros Lima Pires
Diretora de Orçamentos e Projetos - DIPO

APROVO E AUTORIZO Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Para a Conclusão da Construção do Mercado Público do Rangel, em João Pessoa/PB.

Rubens Falcao da Silva Neto
Secretário de Infraestrutura da PMJP

João Pessoa, 26 de março de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F79F-6B8A-918E-BE15

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA NAZARE MEDEIROS LIMA PIRES (CPF 633.XXX.XXX-87) em 26/03/2026 10:48:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 28/04/2026 10:14:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F79F-6B8A-918E-BE15>



ANEXO II
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.011/2026
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO nº 11.xxx/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA/SEINFRA, E A
EMPRESA XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ
sob o nº XXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Rubens Falcão da Silva Neto, brasileiro, inscrita no CPF nº 338.529.604-87, portadora da Carteira de Identidade nº 683.975, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av. XXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade/Estado – CEP: xxxxxxxxx, representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____ e portador da cédula de identidade RG nº _____ SESP/xx, no **Processo Administrativo nº 9.235/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 no artigo 92, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico nº 11.011/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para a Conclusão da Construção do Mercado Público do Rangel, em João Pessoa/PB.**, conforme especificações contidas no **Edital do Pregão Eletrônico** identificada no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Discriminação do objeto:

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para a Conclusão da Construção do Mercado Público do Rangel, em João Pessoa/PB.	1,00		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. No preço final do serviço compreende todas as despesas referentes ao objeto contratado, bem como todas as demais despesas incidentes sobre o mesmo, tais como impostos, tarifas e taxas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

2.1. O prazo de execução é de **08 (oito) meses** contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução.

2.2. Após a comunicação da OS, será dado um prazo de **72 (setenta e duas) horas** para o contratado recebê-la.

2.3. A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

2.4. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

2.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.7. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor Global do presente contrato é de **R\$xxx (xxxxxxxxx)**, que corresponde ao fornecimento dos produtos relacionados na Cláusula Quarta, referentes ao lote xx da **Pregão Eletrônico nº 11.011/2026**.

3.2. No preço já estão incluídos todas as despesas diretas e indiretas, impostos, encargos sociais e outras inerentes ao objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS ([art. 92, V](#))

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (INCC) (O Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes das aquisições futuras do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA Dotação Orçamentária FR Elemento de Despesa :

Classificação Funcional: 11000.11101.15.451.5099.111063
11000.11101.04.122.5099.111086

Natureza da despesa: 44.90.51

Fonte de Recursos: 1.5.00
1.7.00

6. CLÁUSULA SEXTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

6.1 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento dos termos do **Pregão Eletrônico nº. 11.011/2026 – Processo Administrativo nº 9.235/2026 – 1 DOC.**

6.2. Proposta do Licitante datada em xx de _____ de 2026.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;

7.2 É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

7.3 Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

7.4 Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

7.5 Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

7.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da

CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.7 A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo nenhum vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

7.8 A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

8 CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. Os serviços objeto do presente instrumento, para efeito de pagamento serão medidos através de Boletim de Medição, que depois de conferido será assinado pelo Engenheiro Fiscal, Chefe da Divisão, Secretário da SEINFRA/PMJP e pelo responsável da Contratada. As medições serão mensais, com intervalos nunca inferiores a 30 (TRINTA) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final, devendo ser realizada entre os dias 25 e 30 de cada mês.

8.1.1. Os prazos acima estabelecidos poderão, excepcionalmente e a critério da Diretoria responsável pela fiscalização dos serviços, serem alterados desde que observados o interesse público.

8.1.2 A medição da Administração local será paga como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra, obedecendo ao percentual do valor executado, em cada medição, pela Contratada. Exemplo: “...se o construtor executou 9% do valor da obra em determinado mês, teria direito a 9% do pagamento previsto contratualmente para a Administração Local...” (Acórdão TCU 2.622/2013).

8.2. A liberação da 1ª Medição só deverá ser efetivada quando da comprovação, pela Contratada, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da Resolução nº257, de 19.09.78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição.

8.3 - O pagamento de qualquer medição somente será efetuado mediante a apresentação da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados incluídas em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei 9.032 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a **RECEITA FEDERAL**, com a **RECEITA ESTADUAL** e com a **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

8.4 – No caso de a execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na Cláusula 14.

8.5 - Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONSTRUTOR quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

8.6 - Se, com aprovação prévia da SEINFRA/PMJP, o cronograma de construção for modificado, a previsão de desembolso do CONSTRUTOR será revisada.

8.7 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou CRF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. Art. 68 da Lei nº14.133/2021.

8.9.1 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade do fornecedor

8.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.12 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF ou CRF.

8.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.16.1 Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou CRF.

8.17.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF ou CRF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.18.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = VP \times I \times N$$

Sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: 6 100 365 Sendo: I = 0,00016438 TX= Percentual da taxa anual = 6%

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado

- como justificativa para inexecução ou execução irregular dos serviços a serem prestados;
- 9.2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto, tais como transportes, frete, carga e descarga, etc;
- 9.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos da CONTRATANTE, ou a terceiros, ficando desta forma autorizado o desconto do valor correspondendo dos pagamentos devidos ao CONTRATADO;
- 9.4. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;
- 9.5. Responder, quando aplicável, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste objeto, nos termos da Lei.
- 9.6. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
- 9.7. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a obra nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminui a responsabilidade da CONTRATADA;
- 9.8. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas;
- 9.9. A CONTRATADA deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança no canteiro e eventuais acidentes ocorridos na obra;
- 9.10. A CONTRATADA deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho quanto ao fornecimento de uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e as recomendações da OMS e Ministério da Saúde.
- 9.11. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:
- Providenciar junto ao CREA ou CAU (entrada e recolhimento) os respectivos documentos de responsabilidade técnica referentes à execução e à FISCALIZAÇÃO, objetos do contrato e serviços pertinentes, nos termos da Lei;
 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato;
 - Sempre deverão ser observadas as últimas versões/edições das normas exigidas pelos órgãos de fiscalização/normatização.
 - Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;
 - Providenciar a matrícula do Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto a Receita Federal;
 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e conforme a lei vigente.
 - Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos Federais, Municipais e Estaduais competentes, aos Órgãos particulares fornecedores de Energia elétrica, Abastecimento de água e esgoto e de Telefonia, bem como as despesas relativas ao Habite-se do prédio (se houver);
- 9.12. A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.
- 9.13. A elaboração do PGRCC será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo que esse deve ser entregue em até 15 dias, após a assinatura da Ordem de Serviço.
- 9.14. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo os eventos que serão realizados, para aprovação da fiscalização.
- 9.15. Subcontratação:
- 9.15.1. Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;
- 9.15.2. É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

9.15.3. Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

9.15.4. Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

9.15.5. Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

9.15.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.15.7. A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada

9.16. A elaboração dos Projetos Executivos previstos em planilha orçamentária que serão de responsabilidade da CONTRATADA, devem ser entregues em até 30 dias após a assinatura da Ordem de Serviço ou de acordo com a fiscalização para início das obras.

9.17. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo os eventos que serão realizados, até 05 dias após a O.S. para aprovação da fiscalização.

9.18. Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta, e mediante apresentação de documentação comprobatória para a fiscalização, a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Os materiais provenientes da terraplenagem deverão ser encaminhados para áreas de Aterro inertes devidamente autorizados. A comprovação da destinação adequada do Bota-Fora deverá ser apresentada ao fiscal por meio das notas de Controle de transporte de Resíduos emitidas pelo recebedor do material em ambas as situações.

Obrigatoriedade de exigência de contratação de egressos

Consórcio: Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR11682/2009, entre outras normativas.

Garantia: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte,

às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

10.10. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

10.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações.

10.11.1 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

10.11.2. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

10.11.3. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

10.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;

10.13. Executar as manobras de desligamento e religação do sistema para permitir a execução dos trabalhos com segurança;

10.14. Contatar diretamente a CONTRATADA na ocorrência de qualquer incidente que mereça correção;

10.15. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato;

10.16. Fornecer todos os esclarecimentos e informações que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

10.17. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

10.18. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

10.19 Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.20. Efetuar os testes de parâmetro de funcionamento para recebimento dos serviços;

10.21. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.22.A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou falha na prestação dos serviços;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DE NOTAS FISCAIS

11.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 17, 18, 19 e 20).

11.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, sendo realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 19), cabendo em especial:

11.2.1. prestar apoio técnico do contrato;

11.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.3. emitir notificações para a correções de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

11.2.4. informar ao gestor em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.2.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

11.2.6. fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, por ratificação.

11.2.7. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.2.8. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024.

11.2.9. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024

11.3 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 20).

11.4 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 18).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO DO OBJETO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de carácter técnico; (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 22 da Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024).

12.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024)

12.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o

ponto de vista técnico e administrativo. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 21)

12.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

12.5.1 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 01 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.7.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.7.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS MARCAS, PATENTES E LICENÇAS

13.1. A CONTRATADA é a única responsável por eventuais infrações ao direito de uso de marcas, patentes ou licenças, responsabilizando-se pelo pagamento de **royalties** que forem devidos a terceiros, obrigando-se, igualmente, a obter para a CONTRATANTE o direito de continuar no uso dos produtos objeto de direito de terceiros, arcando com todas as despesas decorrentes das providências que forem tomadas para tanto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA TÉCNICA E DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. A Contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, na modalidade de preferência a ser escolhida pelo contratado dentre as elencadas pelo artigo 96 da Lei nº 14.133 de 2021, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação de garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o § 7º do artigo 90 da Lei nº 14.133, de 2021

14.4. A validade da garantia. Qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger, um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

14.5. Em caso de alteração para aumento do valor do contrato, ou de prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá complementar ou renovar a garantia nas mesmas condições.

14.6. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias consecutivos após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada financeiramente.

14.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 14.9 deste contrato.

14.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.10.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 14.12., observada a legislação que rege a matéria.

14.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

14.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

14.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

14.23. Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme art. 618 do Código Civil, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, às reparações e/ou substituições ou se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

14.24. Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

14.25. A garantia prestada pela CONTRATADA no ato de assinatura deste Contrato, bem como dos pagamentos das medições, como elemento assecuratório do cumprimento das obrigações contratuais, será devolvida logo após a plena, perfeita e correta execução do convencionado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Municipal 15.273/2024 art. 6º; o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

- 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto
- 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa Secretaria de Infraestrutura.
- 15.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX Lei nº 14.133/2021)

- 16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 16.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

- 16.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo

indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 🕒 Indenizações e multas.

16.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 À Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo, o fornecimento prestado pela Contratada, mediante o pagamento único e exclusivo das quantidades já solicitadas.

17.2 Aos casos omissos neste Contrato, serão aplicadas as disposições da Lei 14.333/01 e suas alterações.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 O presente instrumento será publicado, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ou outro meio válido para dar publicidade, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

18.2. Incumbirá a SEINFRA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

19.2 E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes abaixo arroladas.

19.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

João Pessoa/PB, xxx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO (A)



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO - DORC / DIVISÃO DE
ORÇAMENTO - DO

*Justificativa Técnica para adoção da Planilha Orçamentária considerando o regime DESONERADO OU NÃO DESONERADO, para a obra: **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.***

- 1- *Tendo em vista a vigência da **Lei 14.973/2024** a partir de janeiro/2025 sancionada em setembro/2024 que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento e, também, a publicação da Composição dos Encargos Sociais do SINAPI de janeiro/2026 contemplando a devida alteração no item de contribuição previdenciária patronal (INSS).*
- 2- *Conforme **Lei Nº 14.973/2024**, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) será extinta de forma gradativa entre 2025 e 2028.*
- 3- *Em obediência a **Lei 14.973/2024**, a nova alíquota da CPRB foi alterada de 4,5% para 2,7% para o ano de 2026.*
- 4- *Foi elaborada uma Planilha Orçamentária **NÃO DESONERADA** e outra **DESONERADA** e adotada a mais vantajosa para o Tomador (PMJP).*
- 5- *Para este caso foi adotada a Planilha Orçamentária com o regime **NÃO DESONERADO**.*

João Pessoa, 09 de março de 2026

ESTADO DA PARAÍBA**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA

Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO




OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.
LEVANTAMENTO:	ENG ^a ALINE MORAES
ORÇAMENTO:	ENG ^o RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)
DATA BASE:	01/2026
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.

RESUMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Descrição	Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	69.362,44
2	MOVIMENTO DE TERRA	39.010,83
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	1.900,44
4	FUNDAÇÃO	193.563,86
5	ESTRUTURA	347.157,77
6	ESQUADRIAS E VIDROS	791.102,14
7	COBERTA E FORROS	612.485,17
8	IMPERMEABILIZAÇÕES	108.883,46
9	PISO/PAVIMENTAÇÃO	323.850,18
10	REVESTIMENTOS	591.483,41
11	PINTURA	191.405,45
12	CALÇADAS E ROTAS ACESSÍVEIS	100.699,38
13	LOUÇAS E METAIS	61.868,26
14	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	73.125,04
15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	52.790,78
16	INSTALAÇÕES ESPECIAIS - COMBATE A INCÊNDIO	74.197,50
17	INSTALAÇÕES ESPECIAIS - SPDA	48.832,59
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	905.438,64
19	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	392.353,97
20	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	266.056,86
TOTAL		5.245.568,17

João Pessoa, 09 de março de 2026

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1,00		69.362,44	69.362,44
1.1 *	CPU0005	Próprio	TAXA DO CREA/PB	UND	1,00	254,59	294,53 (BDI 15,69%)	294,53
1.2	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	108,00	67,53	83,48	9.015,84
1.3	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	12,00	470,69	581,91	6.982,92
1.4	CPU0006	Próprio	ADESIVO VINIL PARA IDENTIFICAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE OBRA - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO.	M²	0,50	156,96	194,04	97,02
1.5	CPV347	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE EQUIPAMENTOS, COM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO LEVE.	UN	1,00	832,07	1.028,68	1.028,68
1.6 *	CPV067	Próprio	LOCAÇÃO DE CONTAINER *2,40 X 6,20 M*, *ALT. 2,50 M*, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E COM SANITÁRIO E AR CONDICIONADO (NAO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MÊS	8,00	1.600,00	1.851,04 (BDI 15,69%)	14.808,32
1.7 *	CPV066	Próprio	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA DEPÓSITO/ALMOXARIFADO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO (NAO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MÊS	8,00	725,58	839,42 (BDI 15,69%)	6.715,36
1.8	CPU0024	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CONTAINER (CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA)	UN	2,00	800,00	989,04	1.978,08
1.9 *	CPU0007	Próprio	LOCAÇÃO DE 01 BANHEIRO QUÍMICO, COM LIMPEZA A CADA DOIS DIAS, POSTO OBRA.	MÊS	8,00	1.500,00	1.735,35 (BDI 15,69%)	13.882,80
1.10	CPU0501	Próprio	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA, EXCLUSIVE HIDRÔMETRO, ESCAVAÇÃO E REATERRO.	UN	1,00	172,73	213,54	213,54
1.11	CPU290	Próprio	CAIXA METÁLICA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	190,87	235,97	235,97
1.12	95673	SINAPI	HIDRÔMETRO DN 1/2", 1,5 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2024	UN	1,00	127,35	157,44	157,44
1.13	CPU0495	Próprio	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ESGOTO COM TUBO DN 100MM E JOELHO 90° DN 100MM, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO E REATERRO.	UND	1,00	183,30	226,61	226,61
1.14	CPV149	Próprio	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPÔR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A, INCLUSIVE POSTE DE CONCRETO DUPLO T 7/150.	UND	1,00	2.736,60	3.383,25	3.383,25
1.15 *	00010527	SINAPI	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU RODÍZIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALAÇÃO)	MXMES	384,00	20,00	23,13 (BDI 15,69%)	8.881,92
1.16	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	48,00	24,61	30,42	1.460,16
2			MOVIMENTO DE TERRA		1,00		39.010,83	39.010,83
2.1	96521	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	m³	93,86	40,82	50,46	4.736,17
2.2	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	m³	40,23	100,35	124,06	4.990,93
2.3	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	m³	10,32	110,50	136,61	1.409,81
2.4	CPX862	Próprio	REGULARIZAÇÃO MANUAL E COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA DE SOLO, CAMADAS ATÉ 20CM.	M²	880,00	7,11	8,79	7.735,20
2.5	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	242,91	27,24	33,67	8.178,77
2.6	96386	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	184,90	6,64	8,20	1.516,18
2.7	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	189,68	7,05	8,71	1.652,11
2.8	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.845,20	2,50	3,09	8.791,66

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
3			DEMOLIÇÕES E RETIRADAS		1,00		1.900,44	1.900,44
3.1	CPU0091	Próprio	DEMOLIÇÃO DE SAPATA, BLOCO OU RADIER EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE ELETRICO, SEM REAPROVEITAMENTO.	M³	3,00	23,18	28,65	85,95
3.2	97626	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	2,00	615,38	760,79	1.521,58
3.3	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	5,32	7,05	8,71	46,33
3.4	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	79,80	2,50	3,09	246,58
4			FUNDAÇÃO		1,00		193.563,86	193.563,86
4.1	CPU0101	Próprio	LASTRO DE CONCRETO, E=5CM, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	M²	157,00	52,09	64,39	10.109,23
4.2	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	98,64	19,48	24,08	2.375,25
4.3	96544	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	88,30	17,27	21,35	1.885,20
4.4	96545	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	234,14	15,36	18,98	4.443,97
4.5	96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.062,82	13,31	16,45	17.483,38
4.6	104920	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	234,04	10,15	12,54	2.934,86
4.7	104921	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	33,61	9,49	11,73	394,24
4.8	96556	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	25,67	934,46	1.155,27	29.655,78
4.9	96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	14,38	775,62	958,89	13.788,83
4.10	96535	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	34,51	153,03	189,19	6.528,94
4.11	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	134,10	81,74	101,05	13.550,80
4.12	CPV338	Próprio	ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M²	664,56	110,05	136,05	90.413,38
5			ESTRUTURA		1,00		347.157,77	347.157,77
5.1	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	704,68	13,47	16,65	11.732,92
5.2	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	218,14	12,49	15,44	3.368,08
5.3	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	591,57	11,58	14,31	8.465,36
5.4	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.790,27	10,25	12,67	22.682,72
5.5	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	440,26	8,58	10,60	4.666,75
5.6	92764	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	235,31	8,26	10,21	2.402,51
5.7	92765	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 20,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	101,20	9,37	11,58	1.171,89
5.8	92770	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.349,00	11,07	13,68	18.454,32

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
5.9	92771	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	37,00	9,78	12,09	447,33
5.10	92772	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	31,00	8,16	10,08	312,48
5.11	92773	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	16,00	7,99	9,87	157,92
5.12	92431	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	279,15	57,61	71,22	19.881,06
5.13	92467	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	608,09	100,12	123,77	75.263,29
5.14	CPU0880	Próprio	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M³	16,00	709,81	877,53	14.040,48
5.15	CPU0115	Próprio	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M³	66,88	709,73	877,43	58.682,51
5.16	CPU1266	Próprio	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA PARA PISO OU COBERTURA, INTEREIXO 38CM, H=13CM, ENCHIMENTO EM EPS H=8CM, INCLUSIVE ESCORAMENTO EM MADEIRA E CAPEAMENTO 5CM CONCRETO 30Mpa.	M²	322,32	186,15	230,13	74.175,50
5.17	CPU0534	Próprio	ESTRUTURA EM AÇO CHAPA GROSSA, ASTM A36 CORTE, SOLDA E MONTAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	KG	1.446,32	16,24	20,07	29.027,64
5.18	CPX091	Próprio	BARRA ROSQUEADA, SAE 1020, D = 5/8" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	18,51	65,36	80,80	1.495,60
5.19	CPY018	Próprio	CABO DE AÇO GALVANIZADO 8MM (TENSOR) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	10,66	25,82	31,92	340,26
5.20	CPU694	Próprio	PORCA E ARRUELA, AÇO CARBONO SAE 1020, DN 5/8" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	7,00	7,21	8,91	62,37
5.21	CPU0519	Próprio	ESTICADOR PARA CABO DE AÇO D=1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	4,00	7,17	8,86	35,44
5.22	CPU805	Próprio	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO TELA Q-61	KG	20,90	11,28	13,94	291,34
6			ESQUADRIAS E VIDROS		1,00		791.102,14	791.102,14
6.1	CPY244	Próprio	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO E REVESTIMENTO COM LAMINADO MELAMÍNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	4,00	1.620,84	2.003,84	8.015,36
6.2	CPY245	Próprio	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA, 0.90 X 2.10 M, ACABAMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, PARA SANITÁRIO DE DEFICIENTE FÍSICO (INCLUSIVE FERRAGENS, FECHADURA, BARRA DE APOIO INOX L=40CM E PROTEÇÃO INFERIOR EM CHAPA INOX E=4MM - H=40CM NAS DUAS FACES, ALIZAR E BATENTE)	un	2,00	2.550,31	3.152,94	6.305,88
6.3	CPY247	Próprio	PORTA EM ALUMÍNIO, COR N/P/B, MOLDURA-VIDRO, COMPLETA, INCLUSIVE CAIXILHOS, DOBRADIÇAS OU ROLDANAS E FECHADURA, EXCLUSIVE VIDRO	m²	9,82	320,65	396,41	3.892,74
6.4	102180	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 8 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	m²	9,82	478,58	591,66	5.810,10
6.5	CPV196	Próprio	PORTÃO EM AÇO, CHAPA GALVANIZADA Nº24, DE ENROLAR, EM PERFIL MEIA CANA FECHADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	M²	1.018,44	513,54	634,88	646.587,18
6.6	CPW268	Próprio	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA PORTA DE ENROLAR EM CHAPA DE AÇO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	133,00	164,62	203,51	27.066,83
6.7	CPW271	Próprio	FECHADURA PARA TRAVA LATERAL EM PORTA DE ENROLAR, TIPO TETRA-CHAVE OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E 02 CHAVES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	6,00	112,73	139,36	836,16
6.8	CPW279	Próprio	FECHADURA - PISO TIPO TETRA CHAVE OU SIMILAR PARA PORTA METÁLICA DE ENROLAR, INCLUSIVE 2 CHAVES - FORNECIMENTO e INSTALAÇÃO	UND	145,00	130,37	161,17	23.369,65

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
9.1	CPY055	Próprio	FORMA PLANA PARA LAJES, EM COMPENSADO PLASTIFICADO DE 12MM, 12 USOS, EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	98,54	30,41	37,59	3.704,11
9.2	CPU0101	Próprio	LASTRO DE CONCRETO, E=5CM, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.	M²	1.056,24	52,09	64,39	68.011,29
9.3	CPU1375	Próprio	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	m²	1.141,28	56,36	69,67	79.512,97
9.4	CPU1373	Próprio	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM	m²	28,11	55,42	68,51	1.925,81
9.5	CPU0291	Próprio	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, COM ESPESSURA DE 10 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, ESTUCAMENTO E 3 POLIMENTOS COM POLITRIZ (POLIMENTOS MECÂNICOS E INTERMEDIÁRIO), SEM O POLIMENTO FINAL.	M²	1.328,99	59,81	73,94	98.265,52
9.6	CPV430	Próprio	RODAPÉ EM MARMORITE/GRANILITE, ALTURA 10CM.	M	71,00	24,90	30,78	2.185,38
9.7	CPU0293	Próprio	POLIMENTO DE PISO GRANILITE/CONCRETO ALTA RESISTÊNCIA UTILIZANDO RESINA ACRÍLICA A BASE DE ÁGUA, SELADOR E POLIDORA DE PISO (POLITRIZ), MOTOR ELÉTRICO.	M²	1.797,50	22,57	27,90	50.150,25
9.8	CPU0292	Próprio	POLIMENTO DE PISO GRANILITE/CONCRETO ALTA RESISTÊNCIA UTILIZANDO RESINA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, SELADOR E POLIDORA DE PISO (POLITRIZ), MOTOR ELÉTRICO.	M²	28,11	21,65	26,76	752,22
9.9	CPW267	Próprio	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO (25 MPA), USINADO, ACABAMENTO COM POLIMENTO MECÂNICO COM ACABADORA SIMPLES, ESPESSURA 8 CM, INCLUSIVE LONA PLÁSTICA (E= 150 MICRA), JUNTA SERRADA 5 X 10 A 40 MM, ARMAÇÃO COM TELA SOLDADA DE AÇO CA 60 Q-196.	M²	145,51	103,79	128,31	18.670,38
9.10	CPU291	Próprio	CURA QUÍMICA PARA PISO DE CONCRETO CONTRA A DESIDRATAÇÃO COM APLICAÇÃO COM PULVERIZAÇÃO.	m²	145,51	3,74	4,62	672,25
10			REVESTIMENTOS		1,00		591.483,41	591.483,41
10.1	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	1.414,03	7,15	8,83	12.485,88
10.2	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	1.500,00	4,63	5,72	8.580,00
10.3	87792	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	1.329,01	41,57	51,39	68.297,82
10.4	87531	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	1.500,00	36,32	44,90	67.350,00
10.5	CPU0119	Próprio	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE, 10 X 10 CM, CORES FRIAS, TIPO A (EXTRA), ASSENTADA EM ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA DE CIMENTO COLANTE ACII E REJUNTE CIMENTÍCIO.	M²	1.950,00	103,87	128,41	250.399,50
10.6	CPX187	Próprio	REVESTIMENTO CERÂMICO, TIPO TIJOLINHO (CASQUILHO), PARA PAREDE, 20 X 6CM, VERMELHO, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-III, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO	m²	1.380,74	108,01	133,53	184.370,21
11			PINTURA		1,00		191.405,45	191.405,45
11.1	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	1.570,19	4,08	5,04	7.913,75
11.2	96130	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA DEMÃO. AF_03/2024	m²	173,31	18,16	22,45	3.890,80
11.3	88423	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024	m²	1.396,88	21,93	27,11	37.869,41

Assinado por 1 pessoa: RWFARREI/00497/BCO/DOU/015/2024
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopeessoa.1doc.com.br/verificacao/2650-8888-87ABDE-1A3DDeinformeocantigo97304-225B2-07ABDE-1A3D>

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
11.4	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	173,31	16,11	19,91	3.450,60
11.5	88484	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	917,95	5,07	6,26	5.746,36
11.6	CPU0108	Próprio	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS.	M²	917,95	34,32	42,42	38.939,43
11.7	104639	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	917,95	12,07	14,92	13.695,81
11.8	CPW517	Próprio	PINTURA DE PROTEÇÃO SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA COM 01 DEMÃO DE PRIMER À BASE DE EPÓXI, ESPESSURA DE 75 MICRAS.	M²	70,74	14,71	18,18	1.286,05
11.9	CPY257	Próprio	PINTURA COM ESMALTE POLIURETANO DE ACABAMENTO PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS).	m²	2.373,62	25,34	31,32	74.341,77
11.10	100757	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	44,81	49,50	61,19	2.741,92
11.11	100721	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	44,81	25,10	31,03	1.390,45
11.12	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	67,20	1,68	2,07	139,10
12			CALÇADAS E ROTAS ACESSÍVEIS		1,00		100.699,38	100.699,38
12.1			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		1,00		14.830,36	14.830,36
12.1.1	101114	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M³). AF_07/2020	m³	63,63	4,48	5,53	351,87
12.1.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	5,31	92,12	113,88	604,70
12.1.3	CPX862	Próprio	REGULARIZAÇÃO MANUAL E COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA DE SOLO, CAMADAS ATÉ 20CM.	M²	347,04	7,11	8,79	3.050,48
12.1.4	CPU0896	Próprio	COLCHÃO DE AREIA GROSSA POSTO OBRA - FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO.	M³	35,70	107,29	132,64	4.735,24
12.1.5	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	112,88	7,05	8,71	983,18
12.1.6	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.652,07	2,50	3,09	5.104,89
12.2			PAVIMENTAÇÃO		1,00		85.869,02	85.869,02
12.2.1	CPV344	Próprio	LOCAÇÃO DE PRAÇAS/ CAMPOS DE FUTEBOL E SIMILARES COM PIQUETES DE MADEIRA.	M²	347,04	0,69	0,85	294,98
12.2.2	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	177,59	43,97	54,36	9.653,79
12.2.3	CPU282	Próprio	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO (25 MPA), USINADO, ACABAMENTO COM POLIMENTO MECÂNICO COM ACABADORA SIMPLES, ESPESSURA 8 CM, INCLUSIVE LONA PLÁSTICA (E= 150 MICRA), JUNTA SERRADA 5 X 10 A 40 MM, ARMAÇÃO COM TELA SOLDADA DE AÇO CA 60 Q-196 E FORMA PARA PISO TÁTIL	M²	137,59	101,70	125,73	17.299,19
12.2.4	CPU1471	Próprio	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO (25 MPA), USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, LONA PLÁSTICA (E= 150 MICRA), ARMADO, INCLUSIVE JUNTA SERRADA 5 X 10 A 40 MM ARMADO, FORMA PARA PISO TÁTIL E PIGMENTO COLORIDO	M²	155,88	121,93	150,74	23.497,35
12.2.5	CPY303	Próprio	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ARMADO, FCK = 25 MPA, PIGMENTADO, UTILIZAÇÃO EM ÁREAS DE FLUXO DE CAMINHÕES, ESPESSURA DE 18,0 CM.	m²	20,20	244,47	302,23	6.105,04
12.2.6	CPU291	Próprio	CURA QUÍMICA PARA PISO DE CONCRETO CONTRA A DESIDRATAÇÃO COM APLICAÇÃO COM PULVERIZAÇÃO.	m²	293,47	3,74	4,62	1.355,83
12.2.7	CPU1479	Próprio	PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, DE CONCRETO, NA COR NATURAL, P/DEFICIENTES VISUAIS, DIMENSÕES 25x25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE.	M²	210,00	104,68	129,41	27.176,10

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
12.2.8	102494	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	m²	6,53	60,30	74,54	486,74
13			LOUÇAS E METAIS		1,00		61.868,26	61.868,26
13.1	86935	SINAPI	CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	41,00	334,32	413,31	16.945,71
13.2	CPU0201	Próprio	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2", INCLUSIVE CANOPLA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO..	UND	5,00	143,39	177,27	886,35
13.3	86943	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	89,00	254,59	314,74	28.011,86
13.4	CPW779	Próprio	LAVATÓRIO LOUÇA DE CANTO SEM COLUNA, *40X30*CM, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E ENGATE FLEXÍVEL PLÁSTICO 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	249,34	308,25	616,50
13.5	86909	SINAPI	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	41,00	123,20	152,31	6.244,71
13.6	86906	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	70,93	87,69	175,38
13.7	86888	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	6,00	509,51	629,90	3.779,40
13.8	95472	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	816,63	1.009,59	2.019,18
13.9	100849	SINAPI	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	8,00	48,42	59,86	478,88
13.10	100858	SINAPI	MICTÓRIO SIFONADO LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00	730,76	903,43	2.710,29
14			INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		1,00		73.125,04	73.125,04
14.1	CPY063	Próprio	CAIXA DE ESPUMA/PASSAGEM/GORDURA EM ALVENARIA DE 1/2 VEZ, DIMENSÕES INTERNAS 80X80X60 CM, REVESTIDA INTERNAMENTE COM CHAPISCO E MASSA ÚNICA, FUNDO EM CONCRETO MAGRO (ESP=5CM) E TAMPÁ PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, ESP. 10CM, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO.	UND	16,00	442,51	547,07	8.753,12
14.2	98110	SINAPI	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_12/2020	UN	41,00	350,72	433,59	17.777,19
14.3	89707	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	65,00	45,99	56,85	3.695,25
14.4	CPU0616	Próprio	CAIXA SIFONADA COM GRELHA BRANCA PVC 100 x 150 x 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	20,00	51,02	63,07	1.261,40
14.5	89726	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	10,36	12,80	51,20
14.6	89732	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	17,00	16,00	19,78	336,26
14.7	89739	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00	24,01	29,68	29,68
14.8	89746	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	6,00	28,70	35,48	212,88
14.9	89744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	12,00	27,86	34,44	413,28

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
14.10	CPV707	Próprio	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,00	98,88	122,24	244,48
14.11	89805	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	9,00	20,98	25,93	233,37
14.12	89731	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	54,00	15,27	18,87	1.018,98
14.13	89724	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	69,00	10,13	12,52	863,88
14.14	89778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	22,00	16,97	20,98	461,56
14.15	89774	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	33,00	14,98	18,51	610,83
14.16	89753	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	15,00	9,19	11,36	170,40
14.17	89752	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	7,43	9,18	27,54
14.18	89797	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	14,00	51,78	64,01	896,14
14.19	CPU0305	Próprio	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UND	5,00	44,91	55,52	277,60
14.20	CPV708	Próprio	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	167,73	207,36	829,44
14.21	89785	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	21,00	27,03	33,41	701,61
14.22	CPU1303	Próprio	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UN	3,00	29,07	35,93	107,79
14.23	CPU0971	Próprio	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC, PARA ESGOTO PREDIAL, DIÂMETRO 100 x 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	25,69	31,76	63,52
14.24	CPU0721	Próprio	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC, PARA ESGOTO PREDIAL, DIÂMETRO = 75 X 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	58,00	20,65	25,52	1.480,16
14.25	CPY061	Próprio	MARCO EM PVC PARA GRELHA DE PISO L = 2,50M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	15,00	106,40	131,54	1.973,10
14.26	89711	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	42,00	22,08	27,29	1.146,18
14.27	89712	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	144,00	27,90	34,49	4.966,56
14.28	89713	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	78,00	34,73	42,93	3.348,54
14.29	89714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	216,00	38,86	48,04	10.376,64

Assinado por 1 pessoa: RMPRETI/DAF/BCO/DOU/1515XA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/9650-8888-87ABDE-1A34Deinformeocantigo97530-235B2-67ABDE-1A34D>

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
14.30	CPU0281	Próprio	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	M	72,00	70,94	87,70	6.314,40
14.31	CPY033	Próprio	GRELHA ARTICULADA PARA CALHA DE PISO 20X50 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	18,00	185,87	229,79	4.136,22
14.32	104344	SINAPI	TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	41,22	50,96	101,92
14.33	89784	SINAPI	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	24,67	30,49	243,92
15			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		1,00		52.790,78	52.790,78
15.1	103966	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, LONGA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	12,00	9,29	11,48	137,76
15.2	89364	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	77,00	11,82	14,61	1.124,97
15.3	89369	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	17,18	21,23	84,92
15.4	89503	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	22,00	22,13	27,35	601,70
15.5	89362	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	349,00	9,51	11,75	4.100,75
15.6	103980	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	17,51	21,64	86,56
15.7	89501	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	42,00	13,91	17,19	721,98
15.8	90373	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	115,00	13,03	16,10	1.851,50
15.9	94792	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	91,00	128,59	158,97	14.466,27
15.10	94491	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 40 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	47,06	58,18	116,36
15.11	94492	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	3,00	48,33	59,75	179,25
15.12	CPW805	Próprio	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	72,00	26,16	32,34	2.328,48
15.13	89395	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	24,00	13,07	16,15	387,60
15.14	89398	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	18,20	22,50	22,50
15.15	104011	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	24,98	30,88	30,88
15.16	89625	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	12,00	21,96	27,14	325,68
15.17	89396	SINAPI	TÊ COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 1/2, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	14,00	20,42	25,24	353,36
15.18	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	411,00	24,26	29,99	12.325,89
15.19	89357	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	7,00	33,22	41,06	287,42
15.20	103978	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	24,00	26,69	32,99	791,76

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
15.21	89449	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	165,00	18,29	22,61	3.730,65
15.22	CPU1571	Próprio	CAIXA DE PASSAGEM / INSPEÇÃO, MEDIDAS INTERNAS 60x60x70CM, ALVENARIA DE 1/2VEZ COM TIJOLO CERÂMICO DE 8 FUIROS, FUNDO EM BRITA(10CM), REVESTIDA INTERNAMENTE COM CHAPISCO E EMBOÇO, TAMPA EM CONCRETO ARMADO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO.	UND	7,00	441,02	545,23	3.816,61
15.23	89987	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	105,52	130,45	260,90
15.24	94495	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	68,59	84,79	169,58
15.25	94496	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	93,46	115,54	231,08
15.26	94498	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	163,51	202,14	404,28
15.27	94499	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4,00	326,04	403,08	1.612,32
15.28	103042	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, ROSCÁVEL, COM BORBOLETA, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	84,00	20,01	24,73	2.077,32
15.29	103037	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, ROSCÁVEL, COM VOLANTE, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	37,22	46,01	46,01
15.30	94796	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	47,10	58,22	116,44
16			INSTALAÇÕES ESPECIAIS - COMBATE A INCÊNDIO		1,00		74.197,50	74.197,50
16.1	CPU0238	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	21,00	27,78	34,34	721,14
16.2	CPU0235	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E DE SALVAMENTO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *30 X 15* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	22,00	24,65	30,47	670,34
16.3	CPV014	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS, PLACA M1 (60 X 40* CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	134,04	165,71	165,71
16.4	CPU1787	Próprio	ACIONADOR MANUAL BOMBA INCÊNDIO (BOTOEIRA LIGA E DESLIGA) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	132,26	163,51	163,51
16.5	CPX330	Próprio	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO FLEXÍVEL PVC DE 3/4", CABO DE 1,5MM², RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO INTERRUPTOR, LUMINÁRIA E LÂMPADA).	UN	19,00	142,85	176,60	3.355,40
16.6	CPU1824	Próprio	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA SLIM, COM 30 LEDS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	19,00	32,38	40,03	760,57
16.7	101905	SINAPI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	8,00	286,05	353,64	2.829,12
16.8	101909	SINAPI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	8,00	323,55	400,00	3.200,00
16.9	CPU0339	Próprio	SIRENE AUDIOVISUAL, 120DB, PARA ALARME DE INCÊNDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	4,00	240,45	297,26	1.189,04
16.10	CPU0338	Próprio	ACIONADOR MANUAL (BOTOEIRA) TIPO QUEBRA-VIDRO, P/INSTAL. INCENDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	4,00	160,76	198,74	794,96
16.11	CPX854	Próprio	ABRIGO PARA HIDRANTE, 90X60X17CM, COM REGISTRO GLOBO ANGULAR 45 GRAUS 2 1/2", ADAPTADOR STORZ 2 1/2", MANGUEIRA DE INCÊNDIO 30M, REDUÇÃO 2 1/2" X 1 1/2" E ESGUICHO EM LATÃO COM ENTRADA TIPO ENGATE RÁPIDO (STORZ) 1 1/2" ACOPLADO À MANGUEIRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	4,00	2.710,53	3.351,02	13.404,08
16.12	CPX633	Próprio	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL DE BRONZE 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	727,33	899,19	899,19
16.13	CPU0320	Próprio	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM PRUMADAS, PINTADO NA COR VERMELHO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	90,00	120,23	148,64	13.377,60
16.14	CPU0314	Próprio	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, MOTOR 5 CV, TRIFÁSICO 220V, RECALQUE 2 1/2", HM =22 A 32 M, Q =16,9 A 36,9M3/H- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	6.578,32	8.132,77	8.132,77

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
18.1.23	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	75,00	33,18	41,02	3.076,50
18.1.24	91996	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	90,00	35,19	43,50	3.915,00
18.1.25	91992	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	50,00	45,60	56,37	2.818,50
18.1.26	CPU0461	Próprio	CAIXA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO PARA ATERRAMENTO, COM TAMPA, DIMENSÕES 25 X 25 X 25CM, PADRÃO ENERGISA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	6,00	54,20	67,00	402,00
18.1.27	CPU1319	Próprio	HASTE TIPO COPPERWELD PARA ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M, COM CONECTOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	141,00	87,16	107,75	15.192,75
18.1.28	90447	SINAPI	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	747,10	8,43	10,42	7.784,78
18.1.29	104766	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	747,10	16,40	20,27	15.143,71
18.2			ELETROCALHA – ALIMENTAÇÃO DOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE CADA BOX		1,00		18.013,80	18.013,80
18.2.1	CPW160	Próprio	CURVA HORIZONTAL 90º, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 150MM E ALTURA DE 100MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	139,55	172,52	172,52
18.2.2	CPU1814	Próprio	CURVA HORIZONTAL 90º PARA ELETROCALHA 100X50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	26,93	33,29	33,29
18.2.3	CPW019	Próprio	CURVA HORIZONTAL 90 GRAUS P/ ELETROCALHA PERFURADA 50 X 50MM – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2,00	21,03	25,99	51,98
18.2.4	CPY267	Próprio	ELETROCALHA METÁLICA PERFURADA DIMENSÕES 300 X 100MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	27,00	74,38	91,95	2.482,65
18.2.5	CPY496	Próprio	ELETROCALHA METÁLICA PERFURADA 150 X 100MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	9,00	38,76	47,91	431,19
18.2.6	CPU837	Próprio	ELETROCALHA METÁLICA PERFURADA 100 x 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	180,00	21,51	26,59	4.786,20
18.2.7	CPW020	Próprio	ELETROCALHA METÁLICA PERFURADA 50 X 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	75,00	14,56	18,00	1.350,00
18.2.8	CPY274	Próprio	REDUÇÃO CONCÊNTRICA 300 X 100 X 100MM PARA ELETROCALHA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	76,84	94,99	379,96
18.2.9	CPY277	Próprio	REDUÇÃO CONCÊNTRICA DE ELETROCALHA PERFURADA DIMENSÕES 300X100X150MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	47,11	58,24	58,24
18.2.10	CPY279	Próprio	REDUÇÃO CONCÊNTRICA DE ELETROCALHA PERFURADA DIMENSÕES 300X50X50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	52,29	64,64	323,20
18.2.11	CPY271	Próprio	TE HORIZONTAL 300 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA LISA/PERFURADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	86,40	106,81	534,05
18.2.12	CPU1819	Próprio	TE HORIZONTAL PARA ELETROCALHA PERFURADA 50x50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	49,23	60,86	121,72
18.2.13	CPW827	Próprio	SAÍDA ELETROCALHA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	141,00	6,23	7,70	1.085,70
18.2.14	CPW461	Próprio	SAÍDA LATERAL SIMPLES PARA ELETRODUTO ¾" EM AÇO GALVANIZADO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	14,99	18,53	185,30
18.2.15	CPY293	Próprio	FIXAÇÃO DE SUPORTE PARA ELETROCALHA 300X100MM COM VERGALHÃO (TIRANTE) 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	15,00	34,98	43,24	648,60
18.2.16	CPY294	Próprio	FIXAÇÃO DE SUPORTE PARA ELETROCALHA 150X100MM COM VERGALHÃO (TIRANTE) 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5,00	33,28	41,14	205,70
18.2.17	CPY295	Próprio	FIXAÇÃO DE SUPORTE PARA ELETROCALHA 100X50MM COM VERGALHÃO (TIRANTE) 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	90,00	32,22	39,83	3.584,70
18.2.18	CPY296	Próprio	FIXAÇÃO DE SUPORTE PARA ELETROCALHA 50X50MM COM VERGALHÃO (TIRANTE) 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	40,00	31,93	39,47	1.578,80
18.3			PERFILADO – ILUMINAÇÃO DA ÁREA COMUM INTERNA DO MERCADO		1,00		22.180,32	22.180,32

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO


Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
18.3.1	CPV213	Próprio	PERFILADO PERFURADO 38x38MM, CHAPA 18 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	420,00	26,18	32,36	13.591,20
18.3.2	CPW819	Próprio	JUNÇÃO/EMENDA PERFURADA TIPO "L" PARA PERFILADO 38X38MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	8,00	14,55	17,98	143,84
18.3.3	CPV222	Próprio	JUNÇÃO/EMENDA PERFURADA TIPO "T" PARA PERFILADO 38X38MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	12,00	17,35	21,44	257,28
18.3.4	CPY043	Próprio	JUNÇÃO/EMENDA PERFURADA TIPO "X" PARA PERFILADO 38X38MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5,00	17,35	21,44	107,20
18.3.5	CPW885	Próprio	FIXAÇÃO DE SUPORTE PARA PERFILADO CURTO 38X38MM COM VERGALHÃO (TIRANTE) 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	210,00	31,13	38,48	8.080,80
18.4			INSTALAÇÕES INTERNAS		1,00		477.919,50	477.919,50
18.4.1	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	28.250,00	11,40	14,09	398.042,50
18.4.2	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	50,00	8,06	9,96	498,00
18.4.3	CPU0686	Próprio	CABO DE COBRE NÚ 50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	50,00	75,23	93,00	4.650,00
18.4.4	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	11.250,00	4,83	5,97	67.162,50
18.4.5	91924	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.850,00	3,31	4,09	7.566,50
18.5			PROTEÇÃO – QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DOS BOXES, CONDOMÍNIO E INCÊNDIO		1,00		7.312,76	7.312,76
18.5.1	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	150,00	10,78	13,32	1.998,00
18.5.2	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	183,00	10,78	13,32	2.437,56
18.5.3	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	139,00	14,15	17,49	2.431,11
18.5.4	93669	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	66,80	82,58	82,58
18.5.5	93670	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2,00	69,57	86,00	172,00
18.5.6	93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	74,01	91,49	91,49
18.5.7	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	80,91	100,02	100,02
18.6			PADRÃO DE ENTRADA		1,00		207.158,81	207.218,00
18.6.1	CPY298	Próprio	CAIXA DE PASSAGEM PADRÃO ENERGISA, MODELO CP-01, DIMENSÕES INTERNAS 52 X 44 X 75, COM TAMPA EM CONCRETO E= 10CM COM CANTONEIRAS EM AÇO GALVANIZADO E DISPOSITIVO PARA LACRE, COM FACES ABERTAS EM CONCRETO ARMADO PARA PASSAGEM DE DUTOS E FUNDO EM BRITA E = 10CM.	UND	4,00	1.071,67	1.324,90	5.299,60
18.6.2	CPU0764	Próprio	CABECOTE PARA ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTACAO PARA ELETRODUTO, EM LIGA DE ALUMINIO COM ACABAMENTO ANTI CORROSIVO, COM FIXACAO POR ENCAIXE LISO DE 360 GRAUS, DE 2 1/2" (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO)	UN	1,00	35,39	43,75	43,75
18.6.3	CPU0765	Próprio	CURVA METALICA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, ACABAMENTO GALVANIZADO, DIAMETRO DE 65 MM (2 1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00	76,13	94,11	282,33
18.6.4	CPX038	Próprio	CURVA 90º AÇO GALVANIZADO A FOGO, DN 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	10,00	59,90	74,05	740,50
18.6.5	CPU0788	Próprio	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10,00	9,33	11,53	115,30
18.6.6	CPW797	Próprio	ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO C/ COSTURA DIÂMETRO = 2.1/2" , INCLUSIVE ACESSÓRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	9,00	126,89	156,87	1.411,83
18.6.7	CPW793	Próprio	ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO C/ COSTURA DIÂMETRO = 1" , INCLUSIVE ACESSÓRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	60,00	55,96	69,18	4.150,80
18.6.8	CPU1873	Próprio	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	60,00	20,64	25,51	1.530,60

Assinado por 1 pessoa: RWRPREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaoopessoa.1doc.com.br/verificacao/2656-8888-87ABDE-1A34Deinformeocantigo93304-225B2-67ABDE-1A34D

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
18.6.9	CPV908	Próprio	LUVA EM FERRO GALVANIZADO, GALVANIZAÇÃO A FOGO, PARA ELETRODUTO, DN 65 MM (2 1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	10,00	86,67	107,15	1.071,50
18.6.10	CPX037	Próprio	LUVA AÇO GALVANIZADO A FOGO, DN 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	30,00	24,70	30,53	915,90
18.6.11	CPU0789	Próprio	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	30,00	3,62	4,47	134,10
18.6.12	CPU1789	Próprio	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	36,00	108,40	134,01	4.824,36
18.6.13	CPV905	Próprio	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	12,00	55,57	68,70	824,40
18.6.14	91933	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	220,00	18,26	22,57	4.965,40
18.6.15	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	50,00	11,40	14,09	704,50
18.6.16	CPU0686	Próprio	CABO DE COBRE NÚ 50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	10,00	75,23	93,00	930,00
18.6.17	CPU0195	Próprio	CABO DE COBRE NÚ 10MM² - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	50,00	15,49	19,15	957,50
18.6.18	93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	74,01	91,49	91,49
18.6.19	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	11,00	80,91	100,02	1.100,22
18.6.20	CPU0756	Próprio	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 175 A COM CAIXA MOLDADA 10 KA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1,00	981,67	1.213,63	1.213,63
18.6.21	CPV324	Próprio	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO (DPS) CORRENTE MÁXIMA DE 20KA, CLASSE II - 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	18,00	77,08	95,29	1.715,22
18.6.22	CPU1319	Próprio	HASTE TIPO COPPERWELD PARA ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M, COM CONECTOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	18,00	87,16	107,75	1.939,50
18.6.23	CPU0260	Próprio	MASSA ELASTOMÉRICA PARA CALAFETAÇÃO - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO.	KG	3,00	55,48	68,58	205,74
18.6.24	CPY305	Próprio	MURO EM ALVENARIA DE 1 VEZ, H = 2,00 M, FUNDAÇÃO EM ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA NO TRAÇO 1:3 (50x50) CM, CINTA INTERMEDIÁRIA E SUPERIOR (20X20) CM EM CONCRETO ARMADO, PILARES DE CONCRETO ARMADO "ABAFADO" EM ALVENARIA, FCK = 30MPa, (20X20) CM À CADA 2,00 M, SAPATA EM CONCRETO ARMADO (45X45X50) CM, CHAPISCO, MASSA ÚNICA (EXTERNO), PINTURA E ESCAVAÇÃO.	M	13,76	951,90	1.176,83	16.193,18
18.6.25	CPW522	Próprio	CHAPIM DE CONCRETO APARENTE, 30 X 5 CM, COM ACABAMENTO DESEMPENADO, FORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO, FUNDIDO NO LOCAL.	M	13,76	80,53	99,55	1.369,80
18.6.26	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	4,13	4,08	5,04	20,81
18.6.27	88423	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024	m²	4,13	21,93	27,11	111,96
18.6.28	CPY307	Próprio	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA COM 24 MEDIDORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	18.701,03	23.120,08	23.120,08
18.6.29	CPY308	Próprio	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA COM 32 MEDIDORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	4,00	24.934,72	30.826,79	123.307,16
18.6.30	CPY504	Próprio	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO GERAL (QDG) COM 4 CAIXAS EM POLICARBONATO 760X380X225MM, INCLUSIVE BARRAMENTOS DE 1" X 1/8" E 3/4" X 1/8", EXCLUSIVE DISJUNTORES (MERCADO DO RANGEL)	UND	1,00	4.893,87	6.050,29	6.050,29
18.6.31	CPU486	Próprio	POSTE DE CONCRETO DUPLO T (DT) 7/600 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UN	1,00	1.481,25	1.831,26	1.831,26
18.6.32	CPU271	Próprio	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA TIPO V1 (GALVANIZADA) COM ISOLADOR ROLDANA EM PORCELANA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	36,64	45,29	45,29
19			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1,00		392.353,97	392.353,97
19.1	CPU0401	Próprio	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PREPARADA.	M³	16,28	197,23	243,83	3.969,55
19.2	103946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	m²	108,55	20,88	25,81	2.801,67

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
19.3	CPY046	Próprio	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, DUPLO CORRIMÃO, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2", GRADIL DE BARRAS CHATAS DE 32X4,8MM, FIXADO COM ADESIVO ESTRUTURAL EPOXI, INCLUSIVE PINTURA DE FUNDO E ACABAMENTO COM ESMALTE SINTÉTICO.	M	26,51	666,11	823,51	21.831,25
19.4	CPV142	Próprio	MÓDULO PARA BICICLETÁRIO EM TUBO DE AÇO INOX 1 1/2", MODELO M01, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E CHUMBAMENTO EM CONCRETO.	PAR	3,00	252,74	312,46	937,38
19.5	CPU0815	Próprio	MÓDULO PARA BICICLETÁRIO EM TUBO DE AÇO INOX 1 1/2, MODELO M02, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E CHUMBAMENTO EM CONCRETO, EXCLUSIVE PINTURA.	PAR	3,00	214,47	265,14	795,42
19.6	100757	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	17,86	49,50	61,19	1.092,85
19.7	100721	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	17,86	25,10	31,03	554,19
19.8	CPU1128	Próprio	BANCO EM CONCRETO ARMADO (DIMENSÕES 60x50x45CM- CxLxA - AÇO 8.0, 6.3 E 5.0MM E CONCRETO FCK 25MPA), ACABAMENTO DO ASSENTO EM REVESTIMENTO GRANILITE E DAS BASES EM PINTURA ACRÍLICA, INCLUSIVE CHAPISCO E MASSA ÚNICA.	UND	6,00	485,46	600,17	3.601,02
19.9	CPX559	Próprio	BANCO EM CONCRETO ARMADO, FCK 25MPA, COM ASSENTO DE 1,20X0,50X0,215CM (CxLxA), APOIADO SOBRE 2 BASES DE 50X18X23,5CM (CxLxA), ACABAMENTO DO ASSENTO EM REVESTIMENTO GRANILITE E DAS BASES EM PINTURA ACRÍLICA, INCLUSIVE CHAPISCO E MASSA ÚNICA.	UND	5,00	614,10	759,21	3.796,05
19.10	CPU0628	Próprio	MESA DE CONCRETO 80 X 80CM COM TABULEIRO DE XADREZ EM GRANILITE (CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO)	UN	3,00	743,19	918,80	2.756,40
19.11	CPY297	Próprio	BANCO EM CONCRETO ARMADO, FCK 25MPA, COM ASSENTO DE 2,00X0,50X0,215CM (CxLxA), APOIADO SOBRE 2 BASES DE 50X18X23,5CM (CxLxA), ACABAMENTO DO ASSENTO EM REVESTIMENTO GRANILITE E DAS BASES EM PINTURA ACRÍLICA, INCLUSIVE CHAPISCO E MASSA ÚNICA.	UND	6,00	877,39	1.084,71	6.508,26
19.12	CPV343	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA COM VARRIÇÃO	M²	2.489,65	0,58	0,71	1.767,65
19.13	CPU0199	Próprio	BANCADA COM TESTEIRA E RESPALDO EM GRANITO POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, ESP. = *2,5*CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COM MÃO FRANCESA.	M²	191,90	887,80	1.097,58	210.625,60
19.14	CPX267	Próprio	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, POLIDA EM AMBAS AS FACES, E=2,0 CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3, ARREIMATE COM CIMENTO BRANCO.	M²	67,86	716,13	885,35	60.079,85
19.15	CPW732	Próprio	BARRA DE APOIO, RETA, FIXA, EM AÇO INOX, L=40CM, D=1 1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	4,00	113,22	139,97	559,88
19.16	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	317,51	392,53	785,06
19.17	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	329,90	407,85	1.631,40
19.18	CPY044	Próprio	LETRA EM AÇO INOX ESCOVADO/POLIDO 40 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	62,00	220,55	272,66	16.904,92
19.19	CPW406	Próprio	CORRIMÃO EM AÇO GALVANIZADO DUPLO DE 0,92M DE ALTURA, COM BARRAS DUPLAS DE 1/2" A 0,90 E 0,70 M DE ALTURA, CHUMBADO EM ALVENARIA (SEM MONTANTES) COM ARGAMASSA INCLUSIVE PINTURA DE FUNDO E DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTÉTICO - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	M	10,54	121,33	150,00	1.581,00
19.20	CPU1105	Próprio	ESCADA MARINHEIRO COM GUARDA CORPO, L=45CM, EXECUTADA EM BARRAS CHATA GALVANIZADA 1 1/4" X 5/16", E GUARDA CORPO D=65CM EM BARRA CHATA GALV.D=1"x1/8", SENDO DEGRAUS EM BARRA RED. D=5/8", ESPAÇADOS DE 30CM, INCLUSIVE LIXAMENTO E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	3,89	2.251,38	2.783,38	10.827,34

ESTADO DA PARAÍBA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA		
Secretaria de Infra - Estrutura - SEINFRA		
Departamento de Orçamento - DORC / Divisão de Orçamento – DO		
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DO RANGEL, EM JOÃO PESSOA/PB.	
LEVANTAMENTO:	ENGª ALINE MORAES	
ORÇAMENTO:	ENGº RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ	
REFERÊNCIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS:	SINAPI (SEM DESONERAÇÃO - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO DA MÃO-DE-OBRA: 118,19%)	
DATA BASE:	01/2026	
BDI:	Serviços=23,63%; Diferenciado=15,69%.	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Item	Código	Banco	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
19.21	CPX600	Próprio	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, DUPLO CORRIMÃO, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL DE TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", INCLUSIVE PINTURA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) E DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTÉTICO, FIXADO COM ADESIVO ESTRUTURAL EPOXI	M	46,28	678,69	839,06	38.831,69
19.22	CPU0167	Próprio	CAIXA DE PASSAGEM EM PVC, DE EMBUTIR, 39X22X6CM (TIPO POLAR/AQUATIC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	93,46	115,54	115,54
20			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1,00		266.056,86	266.056,86
20.1	CPW934	Próprio	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE 10 CÂMERAS E 5 SENSORES PARA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DE OBRAS	UN	1,00	1.150,00	1.421,74	1.421,74
20.2 *	CPV886	Próprio	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA PARA OBRAS, INCLUSIVE LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (10 CÂMERAS E 5 SENSORES) E SERVIÇOS MENSAIS DE MONITORAMENTO	MÊS	8,00	1.150,00	1.330,43 (BDI 15,69%)	10.643,44
20.3	CPY082	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONCLUSÃO MERCADO DO RANGEL	MES	8,00	25.680,63	31.748,96	253.991,68
			TOTAL GERAL					5.245.568,17

Itens com " * " O BDI é diferenciado em função do acórdão nº 2622/2013 do TCU

João Pessoa, 09 de março de 2026

Assinado por 1 pessoa: RMPRETI/DAE/BCO/DOU/1515XA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2650-8888-87ABDE-1A34Deinformeocantigo97304-EEB2-67ABDE-1A34D>

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IV

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11.011/2026

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº, sediada _____ por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e do CPF nº _____, Concorrência Eletrônica nº ____/____, apresenta a seguinte proposta de preços:

LOTE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	MARCA	FABRICANTE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL

Além das informações acima, a proposta deverá conter:

I) O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.

II) Declaração da licitante informando que está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital, bem como que aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Contrato.

III) Declaração da licitante informando que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude da expectativa inflacionária.

IV) Declaração da licitante, informando que no caso de adjudicação do objeto do presente pregão, compromete-se a entregá-lo/realizá-lo no prazo determinado no instrumento convocatório.

Fornecimento dos seguintes dados, para fins de posterior pagamento:

Razão Social;
CNPJ/MF;
Endereço;
Cidade/ UF;
CEP;
Tel./Fax;
E-mail;
Banco;
Agência;
Conta.

João
Pessoa/PB, ____/____

(NOME DA LICITANTE)
(nome e nº do documento do representante)

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO V

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.011/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____,
_____ sediada no _____ (a)
_____ (endereço completo), declara
para os devidos fins de direito, que manterá na Obra o
_____ (Nome do Profissional Habilitado e o número da
Carteira do CREA e ou CAU) corresponsável na Gerência dos Serviços, objeto do
Edital de Pregão Eletrônico nº 11.011/2026.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante

(b) _____
_____ nome do Engenheiro Civil com o número da carteira do CREA e ou
CAU

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.011/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO**

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)_____, CNPJ nº _____, sediada(o) à _____(ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS) _____, CPF nº _____declara(amos), sob as penas da lei, que até a presente data que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nem deles é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com os agentes políticos (vereadores) vinculados ao Poder Legislativo do Estado da Paraíba com os ocupantes de cargos de direção, chefia e membros da comissão de licitação da Câmara Municipal de João Pessoa, nos moldes do (Acórdão nº 1.160/08, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU de 24.06.2008), com vista dos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade e disposições no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

Nome e identificação do declarante

ESTADO DA PARAÍBA
PEFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.011/2026
DECLARAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

Serviço requerido no edital	Inserir serviço		Quantidade requerida no edital	Inserir quantidade
Certidão de Acervo Técnico (CAT)	Descrição do serviço	Quantidade executada	Unidade	Número da página
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
Quantidade executada total =			-	

Local, data, 2025.

Nome da empresa e CNPJ
Assinatura do Responsável pela empresa.

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11.011/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZES

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)_____, CNPJ nº _____, sediada(o) à_____(ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS), CPF nº_____declara(amos), sob as penas da lei, que serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.

Local e data

Nome e identificação do declarante

ESTADO DA PARAÍBA
PEFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.011/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Pelo presente, a pessoa jurídica _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor _____, e do CPF nº _____, DECLARA que:

1 - Possui endereço eletrônico (e-mail), sendo este: _____;

2 - Tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;

3- Tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2 desta declaração, não implicará nenhum vício processual;

4 - Tem ciência que eventuais comunicações e notificações em procedimentos administrativos serão encaminhadas para o endereço eletrônico acima informado, considerando-se automaticamente realizada ao término do prazo de 10 (dez) dias, quando começará a fluir eventual prazo.

Local e data

Nome e identificação do declarante



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9650-5E15-97BC-1A34

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KHRISTIANE BOUDOUX SILVA (CPF 675.XXX.XXX-59) em 28/05/2026 10:49:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9650-5E15-97BC-1A34>